

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

BIANCA BURDINI MAZZEI

**AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS:**
**um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de
Maringá-PR**

Londrina
2006

BIANCA BURDINI MAZZEI

**AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS:
um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de
Maringá-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão de Negócios - da Universidade Estadual de Londrina, em consórcio com a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.

Londrina
2006

BIANCA BURDINI MAZZEI

**AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS:
um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de
Maringá-PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em : __/__/2006.

Prof. Dr. João Marcelo Crubellate (PPA/UEM)
Orientador

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)
Membro Convidado

Prof^ª. Dr^ª. Celene Tonella (PGE/UEM)
Membro Convidado

AGRADECIMENTOS

O caminho é difícil... Mas é a presença das pessoas ao nosso redor que faz o trilhar iluminado e recompensador. É por isso que a muitos tenho de agradecer:

Quero começar agradecendo a Professora Dr^a Eliza Emilia Rezende Bernardo Rocha (*in memorian*), porque foi a partir dela que tudo começou. Foi ela que me iniciou nesse caminho, que me mostrou a direção e fez com que eu me apaixonasse tanto pelo tema, quanto pela causa. Infelizmente ela não pôde estar presente o tempo todo, mas foi marcante enquanto esteve. E quero também dizer que tenho muito orgulho de ser mais uma semente que brota - dentre as muitas - lançadas por essa brilhante semeadora.

Quero também agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Marcelo Crubellate, principalmente por aceitar o desafio de continuar o caminho e também por ajudar a me conduzir em todos os momentos, mesmo naqueles em que parecia não ter fim. Muito obrigada mesmo...

Também quero lembrar do Professor Dr. Ariston Azevedo Mendes e da Professora Dr^a. Celene Tonella, que foram essenciais nas discussões de amadurecimento sobre o tema, tornando o caminho mais próximo da direção almejada. Agradeço ainda, ao Professor Dr. Genauto Carvalho de França Filho que, mesmo sem me conhecer, mostrou-se solidário e, principalmente, por ter aceitado meu convite, fazendo-se presente em minha banca e dando sua importante contribuição. E também a todos os professores do programa, com quem tive a oportunidade de crescer a cada dia.

Não posso deixar de agradecer ao nosso querido Francisco, que muito mais do que profissional, foi sempre um grande amigo, tornando mais fácil a caminhada.

Quero lembrar ainda de meus companheiros de turma, que foram maravilhosos e que, graças a eles, ficou a lição de que, juntos, tudo fica melhor, mais fácil e divertido. Foi realmente muito bom partilhar com vocês esse importante momento de nossas vidas. Em especial, quero agradecer aos amigos Márcia Santin e Alfredo Lopes, pelo companheirismo, pelo afeto e também pelas lições de vida, vividas juntos. Aos amigos Diego Boava, Leonardo Sartori e Jorge Avanzi, também quero fazer um agradecimento pelo carinho especial. Mas quero frisar que, de todos lembro com carinho e guardo em meu coração.

Quando os amigos de turma não estavam mais presentes, foram os amigos da Unitrabalho-UEM que me fizeram forte. Por isso não posso deixar de agradecê-los por todo apoio, ensinamento e alegria vividos com vocês. Em especial, quero agradecer a iluminada

Maria Aparecida, ao amigo Jéferson, a animada Rosiany e a querida Maria Clara: vocês foram maravilhosos!

Mas esse trabalho não teria se realizado se não fossem os companheiros das cooperativas, que abriram mão de seu tempo de trabalho para me receber, e me contar suas histórias e lições de vida, que foram essenciais a minha pesquisa e também muitas vezes me ensinaram mais do que os livros. Obrigada ao China, à Raquel, à Silvia, à D. Ana, ao Dinho, e a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão provando a cada dia que essa alternativa é possível.

Mas além deles também tiveram muitas pessoas que me deram muita força e muita luz para que esse trabalho chegasse até aqui. Meu muito obrigada a minha família e, em especial, a minha irmã Graziela, que me mostrou a luz que eu precisava enxergar. E também a meus queridos amigos e amigas, que sempre estiveram presentes deixando o caminho mais leve e alegre.

E por fim, quero agradecer a Deus, que me colocou nesse caminho, e também colocou ao meu redor tantas pessoas maravilhosas, mas principalmente que me manteve forte sempre.

Obrigada a todos...

“Três paixões simples, mas extremamente fortes, governam minha vida: o desejo de amar, a procura pelo conhecimento, e um incontido compadecimento pelo sofrimento humano”.

Bertrand Russell

"Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante”.

Antoine de Saint-Exupery

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo principal identificar os eventos históricos que contribuíram para a formação das principais diferenças na autogestão em dois empreendimentos econômicos solidários, relacionados à coleta seletiva do lixo, na cidade de Maringá – PR: CooperMaringá e Cocarema. Para isso realiza um levantamento teórico-empírico de autores que abordam a autogestão desde as idéias iniciais de Proudhon até os mais recentes conceitos utilizados pela economia solidária. Ainda no referencial teórico são abordados temas como o cooperativismo e sua origem, a história da economia solidária e seus empreendimentos econômicos solidários. A pesquisa se apresenta como descritiva e possui uma análise predominantemente qualitativa. Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de observação direta, questionário e entrevista de história oral, realizados com os cooperados das duas cooperativas, e com alguns técnicos da Unitrabalho/UEM que participaram do processo de constituição dessas cooperativas em função da primeira tentativa de desocupação do lixo. Na primeira parte da coleta foram levantadas as características autogestionárias dos dois empreendimentos, conforme um modelo de indicadores de autogestão proposto pela Anteag (2005), e ali foram identificados as principais diferenças em suas formas de gestão. Em seguida, utilizando o método de história oral, a pesquisa levanta os aspectos históricos que mais influenciaram a constituição dessas diferenças. Ficou caracterizado que essas diferenças podem ser explicadas a partir das características de cada liderança, e também em função da formação dos cooperados. Outro aspecto interessante que apareceu durante a pesquisa foi a questão de gênero na liderança, pois uma cooperativa tem uma liderança predominantemente feminina, e a outra tem um liderança sempre masculina, por isso deu-se alguma importância ao assunto apesar de não ter sido aprofundado, por não fazer parte do objeto central desse estudo. Assim nas conclusões ficam as lições de que as cooperativas possuem fortes características autogestionárias, e que ambas possuem histórias semelhantes de constituição inicial. Portanto as diferenças que aparecem se devem aos indivíduos envolvidos em cada cooperativa, que com suas vivências e características de personalidade, foram construindo a identidade de cada um dos empreendimentos estudados.

Palavras chaves: Autogestão; Coleta Seletiva; Cooperativismo; Economia Solidária.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to identify the historical events that contributed to the differences on the self-management formation in two solidary economic organizations concerning the selective garbage collection, in Maringá, Paraná State: CooperMaringá and Cocarema. In order to do it, an empirical-theoretical data collection from authors that approach self-management, since Proudhon's initial ideas going through the most recent concepts used in Solidary Economy, was performed. Moreover, in the theory discussion, themes such as cooperative and its origin are approached and also the history of Solidary Economy and its solidary economic organizations. The work is a descriptive one and has predominantly qualitative analysis. In order to perform the data collection, direct observation techniques were used as well as questionnaires and oral interviews about the history with the cooperative partners from both businesses and also with some technicians from "Unitrabalho/UEM, who participated in the constituting process of these organizations concerning the first attempt in de-activating the landfill. Self-managing characteristics were found in both organizations in the first part of the data analysis, according to the indicator model of self-management proposed by Anteag (2005), and differences in their ways of management were also identified. Following these findings, the work arises historical aspects that most influenced the presence of these differences, using the oral history methodology. It was highlighted that these differences can be explained by the characteristics of each leadership, as well as by the cooperative partners' background. Concerning leadership and its genre, another interesting aspect was raised, since one of the cooperative businesses has predominantly a female leadership, and the other one, always a male leadership. This way, importance in some extent was given to the matter, although not being deeply discussed, since it was not the central goal of our work. In the conclusion, it is stated that both cooperative businesses have strong self-management characteristics, as well as similar histories in the initial constituting process. Therefore, the differences that appear are due to the individuals involved in each cooperative business, that according to their background and personal characteristics were building each researched endeavor identity.

Key words: Self-management; Selective collection; Cooperative; Solidary Economy.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 - O campo da Economia Solidária no Brasil.....	22
QUADRO 1 - Principais diferenças nas características autogestionárias entre a CooperMaringá e a Cocarema, conforme aplicação do modelo de indicadores ANTEAG (2005).....	72

LISTA DE GRAFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição por produtos e por tipo de atividade.....	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI –	Aliança Cooperativa Internacional
AIESEC –	Associação Internacional de Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais
ADS/CUT –	Agência de Desenvolvimento Solidária/Central Única dos Trabalhadores
ANCOSOL –	Associação Nacional de Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANTEAG –	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária.
CNBB –	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
COCAREMA –	Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável de Maringá
COCRAB/MST –	Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPERMARINGÁ –	Cooperativa de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços.
DIEESE –	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos.
EES –	Empreendimento Econômico Solidário.
FACES do Brasil –	Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil
FASE –	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FUNDESC –	Fundação de Desenvolvimento Social e Cidadania de Maringá
FBES –	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBASE –	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica.
IMS –	Instituto de Medicina Social.
ITCP –	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JOCUM –	Jovens Unidos por um Ideal
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MTE –	Ministério do Trabalho e Emprego

OCB –	Organização Cooperativa do Brasil.
PACs –	Projetos Alternativos Comunitários
PIB –	Produto Interno Bruto
SENAES –	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEUMA –	Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
UEM –	Universidade Estadual de Maringá.
UNISOL –	União e Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNITRABALHO –	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UNITRABALHO/UEM –	Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3	JUSTIFICATIVAS	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	18
2.1	CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO.....	18
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	23
2.2.1	Origem e conceitos.....	29
2.2.2	Diferença entre Terceiro Setor e Economia Solidária.....	33
2.2.3	Os Empreendimentos Econômicos Solidários e o Cooperativismo.....	35
2.3	AUTOGESTÃO - A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	41
2.3.1	Origem e história.....	41
2.3.2	A Autogestão na perspectiva da Economia Solidária.....	43
2.3.3	Características e dificuldades a respeito de um desafiador modelo de gestão.....	46
2.3.4	Indicadores de Autogestão.....	51
3	METODOLOGIA.....	54
3.1	PERGUNTAS DE PESQUISA.....	54
3.2	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL DOS TERMOS.....	54
3.3	TIPO E NATUREZA DE PESQUISA.....	56
3.4	UNIDADE DE ANÁLISE.....	57
3.5	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	57
3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	61
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS.....	62
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS.....	62
4.1.1	CooperMaringá.....	67
4.1.2	Cocarema.....	69
4.2	CARACTERÍSTICAS AUTOGESTIONÁRIAS.....	71
4.3	ORIGEM DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS.....	74
4.3.1	Características de liderança.....	76
4.3.1.1	Liderança e gênero.....	80
4.3.2	Nível de formação dos cooperados.....	83
5	CONCLUSÕES.....	87
	REFERÊNCIAS.....	90
	ANEXOS.....	96
	ANEXO A.....	96
	ANEXO B.....	97
	ANEXO C.....	100

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O despertar da Economia Solidária se deu como alternativa frente à crescente crise do desemprego e da exclusão social. Apesar de suas raízes históricas desde a idade média, conforme Motchane (2003), foi o crescimento do desemprego e da pobreza na Europa na década de 80 que provocou o surgimento de novas empresas sociais que, como instrumentos de luta contra a exclusão, buscaram respostas frente à carência parcial dos poderes públicos e do recuo do Estado-Providência, abrindo espaço para uma nova forma de economia social: a economia solidária.

Embora ainda se apresente como um conceito em construção, conforme Singer (2003a, p. 116),

a economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com concepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

As organizações formadas a partir dessa nova situação social e econômica dentro do fenômeno da economia solidária são freqüentemente chamadas de empreendimentos econômicos solidários, e possuem como características os fortes laços solidários em que se baseiam, a busca da autogestão e a promoção dos desenvolvimentos humano e local.

O desenvolvimento humano é idealizado na prática do modelo de autogestão, onde o indivíduo atua como sujeito nas decisões referentes ao empreendimento econômico solidário em que se encontra. Tal participação se idealiza com a cidadania, onde o indivíduo passa a ser sujeito atuante verdadeiramente, como autônomo, crítico e reflexivo. Como diz França Filho (2004 p. 16), “trata-se de uma espécie de política cotidiana, quando indivíduos decidem exercer cidadania, participando de coletivos concretos que atacam problemas públicos através da elaboração de atividades econômicas”.

No entanto, apesar da autogestão ser amplamente incentivada pela literatura (FRANÇA FILHO, 2003, 2004; GAIGER, 2003a; GUTIERREZ, 2003; MOTCHANE, 2003; SINGER, 2002, 2003a, 2003b, 2004), sua busca tem se mostrado como grandes desafios, que

também são evidenciados pelos autores. Esses desafios têm se apresentado frente aos conflitos de sua prática diária, como: a dificuldade de adaptação dos indivíduos, considerando que somos educados para uma cultura heterogestionária, onde o funcionário tem uma participação muito limitada em comparação à autogestão; a inserção numa cultura capitalista onde valores como a cooperação e a solidariedade são descartados; e a falta de formação dos membros integrantes dos empreendimentos econômicos solidários, uma vez que a maioria vem de uma classe muito pobre e com baixa formação escolar.

Independentemente de qualquer questionamento em sua forma de gestão, faz-se necessário ressaltar a importância desses empreendimentos econômicos solidários na busca por alternativas aos problemas de desemprego e exclusão social. Estes empreendimentos têm apresentado grandes avanços, como mostrados por França Filho (2004), quando se refere a exemplos de sucesso, e são apresentados pelo autor como projetos de economia popular e solidária que têm vocação para a transformação institucional, mesmo que limitados a um plano de desenvolvimento local ou até micro local.

Outro importante aspecto que deve ser considerado é a necessidade de atuação do poder público para a formação e o apoio a esses empreendimentos econômicos solidários. Uma vez que estes acabam por contribuir para o desenvolvimento humano e local, cabe ao poder público não se omitir em suas tarefas de apoio e incentivo. Além disso, uma vez que, normalmente, estes empreendimentos nascem das necessidades dos desempregados e excluídos que não apresentam a menor condição econômica de se iniciarem, faz-se essencial a participação do poder público com ações locais e também com a efetivação de políticas específicas de apoio e fomento, promovendo, dessa forma, a possibilidade de novas formas de participação do poder público.

Além da participação do poder público, a economia solidária traz novas formas de atuação também para a sociedade em geral, uma vez que várias são as iniciativas de organismos sociais e dos cidadãos para a concretização, acompanhamento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Inclusive porque são as ações dos órgãos fomentadores como incubadoras, universidades e organizações não governamentais, que fazem com que estes empreendimentos se constituam e se estabeleçam.

Essa interação do poder público e da sociedade fica evidenciada em Kapron e Fialho (2003, p. 215), que dizem que

o processo de elaboração e implementação de políticas públicas para a economia solidária permite a ampliação dos espaços de interação entre o Estado e a sociedade

organizada, extrapolando os limites de atuação da esfera estatal, através da construção de parcerias entre entidades governamentais e civis - organizações não governamentais, igrejas, universidades, institutos de pesquisa, centrais sindicais (esfera estatal).

Assim fica destacada a importância da atuação dos empreendimentos econômicos solidários na busca de geração de trabalho e renda, bem como a importância da atuação do poder público e da sociedade em geral em seu apoio e fomento. Considerando, então, a importância e as dificuldades na constituição da forma de gestão desses empreendimentos econômicos solidários, o problema de pesquisa abordado nessa dissertação será:

- Como se justificam, historicamente, as principais diferenças nas características autogestionárias de dois Empreendimentos Econômicos Solidários, relacionados à coleta seletiva do lixo, na cidade de Maringá – PR?

1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tomando como referência o problema de pesquisa já citado, o presente trabalho tem por objetivo geral **identificar os eventos históricos que contribuíram para a formação de diferenças na autogestão em dois empreendimentos econômicos solidários, relacionados à coleta seletiva do lixo, no município de Maringá.**

Para a realização do objetivo geral do trabalho, seguem abaixo os objetivos específicos, que guiarão esta pesquisa:

- Relacionar as características de autogestão de dois empreendimentos econômicos solidários da cidade de Maringá – Cocarema e Coopermaringá;
- Descrever o histórico de formação e constituição dos dois empreendimentos econômicos solidários selecionados para o estudo;
- Comparar os empreendimentos estudados, no que se refere à autogestão;

- Explicar a origem das principais diferenças nas características autogestionárias, encontradas nos dois empreendimentos econômicos solidários estudados.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A economia solidária tem mostrado amplo crescimento através dos seus empreendimentos econômicos solidários. Isso se dá em função de seu importante papel na contribuição para geração de trabalho e renda, uma vez que esses empreendimentos aparecem, muitas vezes, como única alternativa para a inserção social de indivíduos completamente excluídos do mercado de trabalho, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento humano e local, buscando amenizar os problemas sociais deixados pela competitividade desenfreada de mercado. Essa idéia fica evidenciada por Oliveira (2001), quando diz que as organizações solidárias têm propiciado, além de desenvolvimento local, também o desenvolvimento humano, uma vez que o indivíduo passa a ser sujeito na busca por soluções qualitativas aos problemas como desemprego e exclusão social.

Em função da importância da economia solidária e dos seus empreendimentos para toda a sociedade, e por se apresentar como fenômeno em formação e crescimento, muito se tem discutido a esse respeito e ainda mais estudos são requeridos acerca desse tema. Para tanto, a Universidade não pode ausentar-se em seu papel de desenvolvimento de pesquisa científica e no desenvolvimento de mecanismos de apoio, formação, reconhecimento e fortalecimento dessas iniciativas. Assim, cabe à Administração dar sua contribuição nos campos de pesquisa em que lhe são requeridos, como sua forma de gestão adotada, uma vez que a principal característica destes empreendimentos econômicos solidários é a busca pela autogestão, uma forma de gestão democrática onde todos devem participar e que, no entanto, apresentam muitas dificuldades no que diz respeito a sua efetivação. Conforme Costa (2003), a importância da participação da disciplina de administração em estudos dessa natureza se faz ainda mais forte uma vez que, em estudos sobre a economia solidária, pouco tem se detido em questões tão necessárias como administrativas e gerenciais de seus empreendimentos.

Dessa forma, a pesquisa se faz importante no que diz respeito ao levantamento do conhecimento teórico já escrito sobre esse desafiador modelo de gestão, buscando relacionar diferentes conceitos e idéias e, assim, dar sua contribuição acadêmica, além de aliar a

pesquisa empírica, levantando os principais aspectos autogestionários evidenciados nos empreendimentos estudados, bem como suas principais diferenças em seus processos de formação e efetivação das características autogestionárias encontradas.

Nesse sentido, essa pesquisa contribui para a construção do conhecimento sobre o processo de formação da autogestão, uma vez que faz uma análise histórica de empreendimentos econômicos solidários que trabalham sob esta perspectiva. Além disso, a pesquisa analisa a recente organização dos ex-catadores de lixo da cidade de Maringá, que vem ocorrendo com o apoio do poder público municipal e sob a metodologia de incubação do núcleo local da Unitrabalho/UEM (Programa multidisciplinar de estudos e pesquisas sobre o trabalho e movimentos sociais da Universidade Estadual de Maringá), contribuindo para a observação dessas ações frente a problemas sociais e ambientais locais, como: desemprego, marginalidade e poluição ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO

A influência do capitalismo como modelo econômico dominante se faz presente em tudo o que fazemos e no modo que vivemos. Singer (2002, p. 7) chama a atenção quando diz que “o capitalismo se tornou dominante a tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural”. Essa frase nos remete a uma reflexão sobre esse modelo econômico e sua influência, onde tudo é medido pela competição e pela busca da eficiência e baixo custo, deixando um grande rastro de exclusão, uma vez que os que não se encaixam nesse modelo ficam à mercê de um mercado precário e informal, excluídos socialmente, sem a menor condição de uma subsistência digna.

O grande sinal de desequilíbrio do mercado está em acreditar em sua auto-regulação, como já argumenta Polanyi (2000, p. 18), quando diz que “a idéia de um mercado auto-regulável implica uma remota utopia”. Para o autor, “uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”, pois esta forma de auto-regulação ilusória e competitiva destruiria fisicamente o homem e transformaria seu ambiente em um deserto. E é essa crença desmedida que provoca tamanho desequilíbrio às sociedades, deixando um rastro de exclusão aos que não conseguem do mercado participar.

Muitos são os significados que podemos atribuir ao conceito de exclusão social. Conforme Dupas (1998), na Europa a discussão sobre a exclusão social apareceu referindo-se ao crescimento dos sem-teto e da pobreza humana, da falta das perspectivas decorrentes do desemprego, da falta de acesso a empregos, principalmente para as minorias, e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho. Durante muito tempo a grande preocupação se concentrava nas condições de exploração do trabalho. Agora ela se caracteriza pela dificuldade de inserção social.

Ainda segundo o mesmo autor, a idéia de exclusão social possui uma essência multidimensional, incluindo desde a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça, e também à cidadania. Existem mais de 20 categorias de excluídos, dentre eles os sem-

habilidades, os analfabetos, os viciados, os que sofreram abusos, etc. Para o Comissariado Geral de Planejamento do governo Francês, citado por Dupas (1998, p. 122), “a noção de exclusão social é saturada de significados, não-significados e contra-significados. Pode-se fazer quase qualquer coisa com o termo, já que ele exprime o ressentimento daqueles que não podem obter aquilo que reivindicam”.

Ainda Dupas (2000, p. 34) caracteriza exclusão, para seu estudo, como a situação daqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza, e para isso define pobreza como “dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna”. Dessa forma, o autor diz que na sociedade contemporânea esse acesso é avaliado conforme duas vertentes principais: a renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e as oportunidades abertas pela amplitude dos programas públicos de bem-estar social. Portanto, nessa pesquisa utilizaremos esse conceito como categorização da exclusão social, evidenciada por aqueles que se encontram fora do mercado formal de trabalho, e desassistidos suficientemente pelos programas sociais do governo e, por isso, não possuem condições sociais básicas, como acesso à documentação básica, à educação, à renda mínima, ao crédito, etc.

Essa exclusão social, que fica fortemente caracterizada com o desemprego, vem se mostrando cada vez mais crescente em função da competitividade gerada pelo capitalismo. Essa competição se dá em todos os sentidos, em relação à colocação de produtos e/ou serviços no mercado, à disputa por uma vaga de trabalho, à busca de uma qualificação profissional, à disputa por uma vaga na universidade. Para Singer (2002), a competição é boa sob o ponto de vista que ela nos permite, enquanto consumidores, escolher o que melhor nos satisfaz pelo melhor preço. Por outro lado, ela faz com que o melhor vença, vendendo mais, lucrando mais e, conseqüentemente, crescendo mais, enquanto os que menos vendem têm prejuízo e acabam por fechar. “Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, e os que não o conseguem são os perdedores” (SINGER, 2002, p. 7). Dessa forma, na economia capitalista os ganhadores acumulam vantagens, enquanto os perdedores acumulam desvantagens. Isso explica a desigualdade crescente.

O capitalismo mostrou seus efeitos colaterais mais fortes no Brasil, entre 1980 e 1990. Nos anos 80, com a administração militar enfraquecida, o país viveu uma forte recessão em razão de superávits comerciais, além de dificuldades de crédito externo e uma queda de 3% no PIB, levando a um crescimento no desemprego em nível recorde para o período (8%). Essa foi a primeira onda de ajustes estruturais na economia brasileira (DUPAS, 1998).

A segunda onda de ajustes estruturais, conforme Dupas (1998), aconteceu com a radical abertura de mercado, paralelamente às taxas negativas do PIB, que ocorreram na década de 90, com o Plano Collor. O índice de desemprego assumiu um patamar ainda mais alto (6%), uma vez que a necessidade imperiosa de competir com empresas transnacionais “obrigou o setor produtivo a uma profunda e contínua reestruturação preventiva, com automação radical e terceirizações, além de redução de níveis hierárquicos, estruturas administrativas e técnicas” (DUPAS, 1998, p. 139). Outro agravante se deu pela crescente migração dos trabalhadores do campo para a cidade, em virtude das mudanças tecnológicas do campo, resultando numa reserva de mão-de-obra não qualificada e mal acomodada no subemprego, uma pobreza predominantemente metropolitana.

Ainda para o autor, esse foi um período de queda dramática nos empregos industriais e de um forte crescimento do emprego em serviços, setor no qual a informalidade é mais típica. Desde então, a informalidade vem crescendo a cada dia, propiciando a seguinte divisão no mercado de trabalho: uma minoria de trabalhadores com carteira assinada e garantias sociais asseguradas; uma classe intermediária de profissionais liberais ou “trabalhadores por conta própria” (DUPAS, 1998, p. 142), que obtém uma remuneração muito abaixo dos trabalhadores formais; e uma grande maioria de trabalhadores informais, que luta pela sobrevivência de forma muito precária, sendo considerada excluída, uma vez que na visão psicossocial essa informalidade é sinônimo de exclusão.

É importante destacar que mesmo que todas as organizações existentes se tornassem competitivas dentro dessa lógica do mercado, ainda não seria suficiente para gerar emprego a todos (CORAGGIO, 2002). No entanto, a tendência do capitalismo contemporâneo é reduzir o número e aumentar o porte de grupos por setor, gerando, assim, grandes potências hegemônicas que garantem a concentração de poder do mercado, através de suas alianças estratégicas e competitivas. Na busca pelo espaço no mercado ficam apenas os grupos poderosos, eliminando os menos capitalizados. Esses grupos passam a atuar globalmente, ditando as regras do mercado e gerando uma concorrência ainda de mais difícil penetração de mercado. Em alguns casos, chegam a se formar praticamente oligopólios, não deixando espaço de atuação aos pequenos.

Esse movimento capitalista chamado globalização reduz distâncias e traz muitas facilidades, mas é tratado como uma perversidade por Santos (2003), pois com ele aumenta ainda mais a competição e o desemprego crescente se torna crônico. Segundo o autor, a pobreza aumenta e as classes médias perdem qualidade de vida, pois “um mercado

avassalador dito como global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (SANTOS, 2003, p. 19). Passa a existir uma imposição uniforme a serviço dos poderes hegemônicos, as diferenças locais são desrespeitadas e o mundo se torna menos unido enquanto o culto ao consumo é estimulado.

Dupas (2000) destaca que essa dinâmica do mercado capitalista globalizado acaba gerando duas dialéticas: concentração *versus* fragmentação; e a exclusão *versus* inclusão. Isso porque, de um lado, temos a concentração de forças e de riquezas pelos poderes hegemônicos onde poucos detêm o controle e a dominação do mercado, ditando regras internacionais; e, por outro lado, esse acúmulo de capital e poder só se estabelece uma vez que, com a quebra das barreiras globais, a cadeia produtiva possa ser fragmentada, de maneira a buscar o menor custo de produção e maior domínio de mercado, funcionando com a seguinte estrutura de produção: a extração da matéria-prima é realizada em um país onde se tenha menor custo de extração e maior facilidades na extração de matéria-prima; a produção é realizada em países com mão-de-obra mais barata e com menor impacto das legislações trabalhistas; e se comercializa em lugares onde se possa obter maior lucro sobre o produto ou serviço oferecido. E quando algum desses lugares começa a exercer alguma pressão legal em termos de preservação ambiental e melhorias de condições aos trabalhadores, essas organizações ameaçam mudar suas instalações e, no caso de persistir a pressão, eles realmente cumprem a promessa de mudança, deixando para trás todo investimento do poder público local em isenções fiscais e benefícios concedidos quando da instalação inicial.

Na segunda dialética do capitalismo global, Dupas (2000) fala que essa competição desenfreada e a concentração de poder e capital nas mãos de poucos faz com que muitos fiquem à margem da exclusão, sem trabalho e sem espaço para garantir sua própria subsistência digna, e ainda com um Estado sem capacidade suficiente para garantir o bem-estar social necessário. Mas, por outro lado, é preciso garantir mercado consumidor e, portanto, é necessário garantir uma renda mínima a uma camada da população que garanta uma inclusão para o consumo, e para isso é preciso fortalecer ainda mais as grandes organizações dominadoras e reduzir ainda mais a concorrência, acabando com os pequenos e garantindo espaço para os grupos hegemônicos já estabelecidos.

Os defensores do capitalismo viam na globalização e na junção de grandes organizações como a saída para o equilíbrio social e econômico, uma vez que essas passariam a se preocupar com os aspectos sociais de seus colaboradores locais e mundiais. Mas a realidade mostrou que essas grandes empresas que sobrevivem à lógica competitiva do

mercado justificam suas ações através do propósito de geração de lucros para os acionistas e o maior volume de empregos possíveis à população. Esse propósito insuficiente acaba por sobrecarregar um Estado fraco, sem recursos e sem políticas de qualidade (DUPAS, 1998).

A globalização requer grandes governos, que garantam apoio social à população excluída, mas como a maioria dos governos se vê insuficiente na manutenção desse equilíbrio social, outras alternativas passam a serem pensadas. Surge, então, a necessidade da participação da sociedade, do poder público, de organizações com fins lucrativos ou não, na busca por alternativas que busquem outras formas de geração de trabalho, renda e inserção social. Para Santos (2003), os movimentos que promoverão essa mudança provirão de baixo para cima, tendo como principais atores os países subdesenvolvidos e as massas de indivíduos excluídos de um mercado formal. É o que ele chama de contraglobalização, onde o autor valoriza os movimentos e organizações populares como novo fator histórico de transformação.

Não é possível pensar no desenvolvimento econômico desvinculado do desenvolvimento social, como no modelo proposto pelo capitalismo. Segundo Coraggio (2002), é essa separação das esferas econômica e social, juntamente com o afastamento do Estado, que se mostra incapaz de dar suporte a todos que ficam fora do mercado, que estão provocando uma ruína social de exclusão e desequilíbrio. Para o autor, é preciso promover uma mudança na educação e na formação das pessoas, para que o discurso se transforme em prática, como novas formas de manifestações na busca conjunta dos desenvolvimentos econômico e social.

Também para Dupas (2000), a solução está na elaboração de uma nova dinâmica econômica e social, promovendo espaço para uma nova linha de ação que interesse aos trabalhadores flexíveis; na criação de novas estruturas institucionais e na busca por soluções locais que se baseiem na solidariedade com métodos de ações flexíveis, mas estáveis, abandonando a idéia apenas do trabalho formal. Singer (2002) corrobora com os autores valorizando os movimentos populares e reforçando ainda que, para conseguirmos uma situação mais igualitária, precisamos de uma economia solidária, em vez de competitiva.

Essas relações de solidariedade são descritas por Polanyi (2000, p. 66), quando diz que o homem não é baseado apenas em relações econômicas, e que para garantir ordem social na produção é necessário resgatar o princípio da solidariedade, existente na humanidade desde os primórdios, num momento do tempo em que as relações eram baseadas na preocupação e na ajuda mútua. Para o autor, é essa dinâmica que ressalta o tradicional prestígio social, que

garante a manutenção de um equilíbrio, pois “os atos de troca gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente pelos mesmos indivíduos”, faz com que os grupos se tornem unidos por obrigações mútuas, sem necessariamente se basear na busca pelo lucro.

É a partir dessa discussão que a economia solidária se apresenta como um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, onde o capital tem que estar em função do trabalho e seus empreendimentos são geridos pelo modelo de autogestão, onde todos participam do processo decisório, fortalecendo os laços de solidariedade na busca da geração de renda e inserção social. Assim, esse modelo de produção baseado nos moldes de solidariedade pode se apresentar, principalmente, como “embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e do mercado [...]” (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003, p. 150), promovendo uma verdadeira transformação onde os desenvolvimentos econômico e social caminham juntos.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

O fenômeno da economia solidária vem ganhando força frente à crise do desemprego e à exclusão social. Na América Latina, segundo França Filho (2002, p. 16), a economia solidária encontra raízes nas diversas iniciativas de organizações econômicas populares, onde representam de certa forma, “um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida, no interior dos grupos primários)”. Um grande exemplo é o mutirão: “um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos”. Dessa forma, a economia popular encontra no “tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades”, elaborando através delas inclusive atividades econômicas. Formando a partir dessas práticas, a economia solidária como nos referimos atualmente.

No Brasil, no ano de 2005, foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Além desses, ainda pertencem à grande teia da economia solidária outros organismos como:

entidades de apoio e fomento, órgãos governamentais, ligas e uniões e fóruns nacionais (ATLAS, 2006).

Conforme o Atlas (2006), a Economia Solidária no Brasil é formada por:

- Entidades de apoio e fomento: Ongs (FASE, IBASE, PACs, IMS), Cáritas e Pastorais, Universidades e incubadoras, Movimentos Sindicais (ADS/CUT);
- Instâncias governamentais: Governo federal, governos municipais e estaduais, Ministério do Trabalho e Emprego/ SENAES;
- Empreendimentos econômicos solidários: Organizações de finanças solidárias, empresas autogeridas, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas, grupos;
- Ligas ou uniões: COCRAB/MST, ANCOSOL, UNICAFES, UNISOL, ANTEAG;
- Fóruns brasileiros de economia solidária: Redes de gestores públicos, FACES do Brasil, FBES Fóruns Estaduais, Rede de Socioeconomia Solidária.



FIGURA 2

Figura 1: O campo da Economia Solidária no Brasil
Fonte: Atlas da economia solidária no Brasil, 2006 p. 14.

Para Singer (2002 p. 10), a economia solidária implica em um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Para o autor, a aplicação desses princípios une todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica, obtendo como resultado natural desse modelo de economia a solidariedade e a igualdade. Ainda segundo Singer (2003a), essa solidariedade aos desfavorecidos significa que as organizações que promovem a economia solidária priorizam a formação de cooperativas e associações constituídas por desempregados, trabalhadores em vias de perder o emprego, em função da crise na empresa, e pobres, em geral.

Segundo Santos e Rodrigues (2005), essas novas formas de organizações econômicas baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente surgem como potencial emancipatório das múltiplas alternativas, e têm sido formuladas e praticadas em todo o mundo. Os autores ressaltam a viabilidade dessas alternativas que foram marginalizadas ou nem sequer tentadas, *a priori*, mas que a realidade tem mostrado o quanto fazem diferença. E, para tanto, referem-se a essas alternativas da economia solidária, dizendo que estas apontam

para além daquilo que existem, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (WRIGHT, 1998 apud SANTOS; RODRIGUES, 2005, p. 25).

Cada vez mais essas novas formas de relações solidárias vêm se fortalecendo e se espalhando pelos países em busca de superação de suas carências econômicas e sociais. Conforme Motchane (2003, p. 3), “a Comissão Europeia enumerava, em 1995, mais de um milhão de associações na Europa, reunindo de 30% a 50% da população, segundo o país. As despesas dessas associações representam, em média, 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB)”.

Para França Filho (2003, p. 13), “como noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade”, que, segundo o autor, fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição às práticas de solidariedade assistencialistas utilizadas historicamente pelo Estado.

Essa forma de solidariedade é percebida nas principais características das organizações de economia solidária que, segundo Singer (2003a, p. 116),

se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc, que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e, (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Essas organizações que surgem nesse contexto de economia solidária são denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e são descritas por Gaiger (2003a, p. 135) como:

empreendimentos que compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, a procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob a forma de associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Portanto, esses empreendimentos possuem duas dimensões: econômica e social. Econômica no sentido de que seu principal objetivo é prover economicamente seus sócios, gerando trabalho e renda, mas não a maximização do lucro, ou seja, nesse caso, o capital aparece em função do trabalho e não o trabalho em função do capital, como em organizações capitalistas convencionais. E social no sentido de que as preocupações desses empreendimentos vão além do seu ambiente de trabalho, buscando a melhoria da qualidade de vida de seus associados através da educação, saúde e inserção social, uma vez que ser pessoa é mais do que ser econômico, é participar de uma sociedade e contribuir com ela, destacando, assim, o valor da solidariedade (ANTEAG, 2005).

Quanto à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários estão divididos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros. No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada em forma de associações (54%), seguida de grupos informais (33%), organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%), sendo que esse padrão nacional é evidenciado nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, nas regiões Sul e Sudeste, ocorrem menor participação de associações e maior participação dos grupos informais (ATLAS, 2006).

São os empreendimentos econômicos solidários que vêm mostrando-se como alternativas na geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, uma alternativa na busca pelo desenvolvimento local, uma vez que trabalham com as potencialidades locais, transformando-se, portanto, numa busca necessária a toda sociedade. Por isso, segundo autores como França Filho (2004), Gutierrez (2003) e Kapron e Fialho (2003), torna-se importante a participação do poder público no fortalecimento desses empreendimentos econômicos solidários. França Filho (2004) coloca a questão da utilização da economia solidária como prática de gestão pública. Também Kapron e Fialho (2003, p. 215) relatam que “o processo de elaboração e implementação das políticas públicas para a economia solidária e para a economia social permite a ampliação dos espaços de interação entre o Estado e a sociedade organizada”. Essas políticas, apesar de importantes, ainda não ganharam espaço relevante nos programas políticos, embora sejam necessárias para fortalecer as dimensões “econômico” e “social” desses empreendimentos e, conseqüentemente, para a busca do desenvolvimento local.

É importante destacar que a economia solidária nada tem a ver com a formalização do setor informal da economia. Cabe a ela se remeter à construção de uma economia de trabalho em oposição à economia do capital, onde o capital se encontra em favor dos trabalhadores e de seu desenvolvimento econômico e social, mas não dentro da lógica da acumulação de lucros, da economia capitalista e, sim, dentro da lógica da cooperação e da solidariedade (CORAGGIO, 2002).

Apesar de sua contradição com a economia de mercado, “a economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual” (SINGER, 2004, p. 11). A lógica solidária é apostar nas virtudes da cooperação em obter ganhos de produtividade que viabilizem a baixa dos preços para enfrentar a concorrência, sem prejudicar os trabalhadores.

Para Santos (2005, p. 57), a economia solidária aparece como uma pluralidade de ações locais, que envolve uma forte articulação de toda sociedade em favor da “transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis”. Para o autor, essa é uma mudança que ocorre de baixo para cima, com movimentos de ações locais que precisam se organizar em redes de apoio e acaba por levar a grandes transformações da sociedade como um todo, tornando-se possível que a “economia solidária vá mais além da missão principal que cumpriu até agora, isto é, aliviar a situação

generalizada de desemprego associada aos efeitos da globalização neoliberal no Brasil” (SANTOS, 2005, p. 59).

Segundo França Filho (2004), a prática da economia solidária ressalta a diversidade de formas que, tentando agrupá-las no contexto europeu, envolve quatro formas principais, como: o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

O comércio justo envolve práticas de solidariedade internacionais, consumidores conscientes e contratos com pequenos produtores, cujo objetivo é a conscientização dos consumidores quanto às práticas mais justas dos países do Norte e certos produtores de países do Sul, assim como propiciar melhores canais de distribuição dos produtos de pequenos produtores, a preços justos, e eliminando ao máximo os intermediários entre consumidores e produtores. No entanto, é importante ressaltar o comentário de Singer (2002), onde esses produtos só encontrarão espaço no mercado se apresentarem qualidade e preço compatível ao mercado (com no máximo uma pequena diferença), uma vez que a maioria dos consumidores acabará optando por produtos com maior qualidade e menor preço.

A finança solidária consiste na aplicação ética do capital em favor de empregos e desenvolvimento local. “Dessa forma, seu maior objetivo é permitir às pessoas excluídas do sistema bancário criarem seu próprio emprego” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 4), assim como também articular movimentos, como esforços de luta contra a exclusão, pela preservação ambiental, em trabalhos de ação cultural, de desenvolvimento local, entre outros. Torna importante, ainda, salientar que o acompanhamento do projeto no qual é destinado o financiamento é um grande ponto que diferencia a finança solidária da abordagem liberal.

A economia sem dinheiro está baseada no sistema de trocas locais, buscando articulação em redes, de forma a enfrentar a exclusão social. Um importante exemplo desse modelo são as redes de economia local, internacionalmente conhecida como LETS (local exchange trading system), que consiste numa associação de pessoas para trocar bens e serviços. Algumas vezes, cria-se uma moeda fictícia de forma que as dívidas sejam reguladas e jamais eliminadas (mecanismo de compensação) (FRANÇA FILHO, 2004).

As empresas sociais são organizações privadas que desenvolvem atividades comerciais, mas com finalidade social, também conhecidas como empreendimentos econômicos solidários que possuem uma importante característica, que é a participação da estrutura de poder por parte de todos na organização, e seu maior desafio constitui a preservação desse caráter democrático de funcionamento (FRANÇA FILHO, 2004).

Ainda conforme França Filho (2004), a realidade brasileira encontra-se marcada pela diversidade e em pleno processo de estruturação com, inclusive, a recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao ministério do trabalho, assim como outras organizações e eventos na área. São alguns dos exemplos dessa diversidade brasileira: bancos populares (micro-crédito), clubes de troca (locais), o cooperativismo popular (serviços e de funcionários de empresas que entraram em falência), cooperativas de produção, entre outros.

Também França Filho (2003; 2004) afirma que a economia solidária vem atenuar as crises do capitalismo em nossa sociedade, mas não sabe se será ela que questionará a sociedade de mercado. Para o autor, a economia solidária deve ser usada como forma de gestão aliada aos recursos de mercado.

2.2.1 Origem e conceitos

A economia solidária encontra raízes profundas na Idade Média, com as guildas e confrarias (que se constituíam associações de solidariedade entre trabalhadores) por volta do século XIII. No entanto, os filósofos iluministas consideravam esses movimentos coletivos como entraves à liberdade individual e a Revolução Francesa rejeitaria toda forma intermediária entre indivíduo e nação. Em 1791, a lei Le Chapelier proibiu qualquer agrupamento voluntário de base profissional. Somente em 1884, é que Waldeck Rousseau conseguiu a concessão à liberdade de constituírem os sindicatos profissionais. Em 1898, surgiu a lei que funda a mutualidade e, em 1901, outra lei autorizou a liberdade de associação (MOTCHANE, 2003).

Após a Revolução Francesa, que se encerrou em 1815, os movimentos cooperativos começam a ser difundidos por Owen, Fourier e, posteriormente, pelos pioneiros de Rochdale, entre outros. A princípio, surgiu como alternativa aos maus tratos e exploração dos trabalhadores e como forma de aumento da produtividade, depois se transformou em movimentos de luta da classe trabalhadora em busca de seus direitos. Assim, entre as décadas de 1940 e 1970, com a expansão dos direitos dos trabalhadores e com o aumento de empregos, fruto da industrialização, esses movimentos tiveram uma grande transformação, pois passaram a defender os direitos conquistados, ao invés de lutar contra o assalariamento e

a busca de uma alternativa emancipatória. Por volta de 1985, com a crise dos estados socialistas e o semifracasso dos governos e partidos social democratas, em sintonia com outras transformações contextuais, é que o capitalismo ganhou sua força e com ele as diferenças e competições próprias ao sistema, dando nova força à economia solidária como alternativa ao desequilíbrio da competição (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária começou a ressurgir na década de 1980, mas somente na segunda metade dos anos 90 é que tomou impulso crescente. “Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa, que tem seu início em 1981, e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003b, p. 25). Em 1991, com apoio de assessores sindicais, os operários conseguem tomar posse de uma massa falida, retomando as atividades da fábrica e garantindo, assim, seus empregos, e três anos depois diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se empenha na organização de moradores do campo, tem buscado durante os últimos 15 anos a viabilização econômica de assentamentos, através da organização de cooperativas, que contam com uma escola de formação de técnicos em cooperativismo (SINGER, 2003b).

Entre os anos de 1992 e 1994, o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida mobilizou milhões de pessoas, e nos anos seguintes favoreceu o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que pertencem às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho e oferecem apoio em importantes questões como administrativas, jurídico-legal, ideológico e político. Essas incubadoras constituem uma rede envolvendo 14 universidades brasileiras que estavam, na época, integradas à Unitrabalho (Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), uma fundação voltada ao movimento operário, que tem mais de 80 universidades filiadas (SINGER, 2003b). Hoje, tanto as ITCPs quanto a Unitrabalho continuam fazendo seu trabalho de incubação, apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, mas com metodologias diferenciadas, próprias a cada uma das redes, fazendo seu trabalho separadamente.

Ainda de acordo com Singer (2003a), outras instituições têm demonstrado importante apoio à economia solidária, como:

- a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da grade sindical CUT, que tem dado importante apoio na construção de uma rede nacional de crédito solidário, criando um banco cooperativo, formado por cooperativas locais de crédito;
- o DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos, que assessora sindicatos brasileiros há mais de 40 anos;
- além de agências fomentadoras dos empreendimentos de economia solidária que, dentre outras, destacamos: a Cáritas, um órgão do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a FASE do Rio de Janeiro; a ATC em São Paulo, as prefeituras de Porto Alegre, Blumenau e de Santo André; o programa de auto-emprego da Secretaria do Trabalho de São Paulo; e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que formou a Unisol Cooperativas.

Um grande problema que enfrentamos no Brasil é a falta de dados sobre o desenvolvimento da economia solidária. Sabe-se do surgimento e do crescimento de inúmeras cooperativas e associações, mas, apesar do levantamento feito em 2005 pela SENAES, formando um Atlas da economia solidária no Brasil, ainda falta muito para uma real mensuração desses resultados. Sabemos que esse crescimento está diretamente relacionado à crescente crise do desemprego e da precarização do trabalho, que acaba levando grande parte da população à informalidade, mas está longe de ser uma reação espontânea das pessoas atingidas pela crise.

Segundo Singer (2003a), a maioria dessas pessoas que não conseguem colocação no mercado formal de trabalho procura ganhar a vida vendendo coisas ou serviços produzidos por eles mesmos ou pela família, mas a idéia de se juntar coletivamente para organizar uma atividade econômica, com base igualitária nas decisões e no capital, normalmente não era conhecida nem usual à maioria dessa população excluída da formalidade. Portanto, é preciso destacar a importância de organizações e entidades de apoio à economia solidária, uma vez que, inclusive, traz resultados sociais melhores do que a informalidade individual, podendo também colaborar para o desenvolvimento local e até regional.

Esses resultados ficam evidenciados quando estudamos situações reais de transformações sociais e econômicas promovidas por organizações de economia solidária, como os casos citados por França Filho (2004):

- Associação dos pequenos agricultores do município de Valente, no interior da Bahia. Que desenvolvem diversas atividades de industrialização e comercialização de

produtos agrícolas, além de aconselhamentos técnicos e capacitação dos produtores, manejo de tecnologias socialmente apropriadas, concessão de crédito, escola-família agrícola e outros meios de garantir a vida digna das famílias locais.

- Associação de moradores do Conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza, que promoveu a urbanização do bairro, onde antes era uma favela, fundando, em 1998 um banco popular que financia atividades solidárias e microcrédito, lançando o cartão de crédito (Palmacard) para consumo local solidário, promovendo clube de trocas, inclusive com moeda social local (palma), criando uma loja solidária de compra coletiva e venda de produtos do bairro. Organizou um laboratório de agricultura urbana com vários projetos como o de criação de galinha caipira, e possuem uma escola de formação e um centro de estudos em socioeconomia solidária.

Ainda para Silveira (2000), mesmo quando as experiências locais de desenvolvimento não dão grandes resultados, elas levantam as questões sociais, as pessoas passam a se ver como sujeitos sociais e políticos, envolvidos no todo, problematizando e questionando a realidade existente. Para Coraggio (2002), a criação de uma economia popular local pode contribuir para a formação de novos sujeitos políticos, representantes autônomos dos interesses da maioria, favorecendo a democracia e trazendo um valor ainda maior a esses movimentos de economia solidária.

Dessa forma, o desenvolvimento local, que é impossível de se reduzir a índices, traz também o desenvolvimento humano, uma vez que o indivíduo passa a ser sujeito da situação, que só ocorre com a construção de um conhecimento sustentável através da educação e da cidadania, que é o sujeito buscando soluções qualitativas (OLIVEIRA, 2001). É nesse sentido que a busca da autogestão dos empreendimentos de economia solidária traz grandes contribuições, uma vez que todos os indivíduos fazem parte no processo decisório, estimulando a participação como sujeito atuante no processo, além de se consagrar como um forte instrumento de geração de renda e inserção social.

Singer (2003a) reforça essa idéia quando diz que há diversos relatos e estudos de casos que relatam a enorme dedicação e disposição de suportar sacrifícios por parte dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, com objetivo de gerar trabalho e renda e que, inclusive, é esse engajamento e entusiasmo que justificam a sobrevivência e até o crescimento de alguns desses empreendimentos geridos por pessoas sem experiência. O autor destaca que esse empenho não fica sem recompensa, uma vez que essas pessoas que se

encontram, na maioria das vezes, estigmatizadas por serem pobres e discriminadas, sobretudo por serem mulheres e negros, encontram, ao participar dessa experiência em um empreendimento de autogestão, pela primeira vez em suas vidas, o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem exprimir-se livremente e o resgate da cidadania.

Para Singer (2003a, p. 28), é possível considerar a organização desses empreendimentos solidários, “o início de revoluções locais, que mudam os relacionamentos entre os cooperadores, e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social”. Esse caráter revolucionário da economia solidária, de acordo com o autor, “abre-lhe uma perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão social” (SINGER, 2003a, p.28), de maneira a possibilitar a construção de espaços para uma transformação maior, que envolva a sociedade como todo, promovendo sujeitos atuantes na economia, na política e no social.

2.2.2 Diferença entre terceiro setor e economia solidária

Para França Filho (2003), é a crise do desemprego que tem sido a grande precursora da economia solidária como alternativa real ou mero paliativo à crise do sistema capitalista. De qualquer forma, o fenômeno vem ganhando forças e reformulando os papéis do Estado e do mercado. Outro importante aspecto no combate aos males do capitalismo globalizado é o surgimento do terceiro setor que, embora pareça ter o mesmo significado que a economia solidária, tem suas diferenças, especialmente quanto ao contexto sócio-político da origem de cada um deles, que constituem uma diferença de universos semânticos.

De acordo com França Filho (2004), a Economia Social surgiu na Comunidade Econômica Européia, como definição às empresas autogestionárias, que têm em comum a supremacia do trabalho sobre o capital e constituem grupos com caráter associativo ou cooperativo. No contexto europeu, a economia social surgiu em função da incapacidade do Estado em solucionar os problemas sociais cada vez mais crescentes, embora ainda hoje na Europa exista um forte sistema de segurança social mantido pelo Estado. Por outro lado, a idéia de um Terceiro Setor faz menção a um setor que não é nem público, nem privado, onde a sociedade civil é chamada a atuar. Tem sua origem norte-americana e possui um caráter

mais filantrópico, como ajuste do sistema na sua capacidade de satisfazer as necessidades sociais.

Segundo França Filho (2002), as cinco principais características das organizações do terceiro setor são: formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária. Enquanto as organizações de economia solidária, entre outros aspectos, estão justamente baseados na divisão de sobras entre os trabalhadores, além de se formarem basicamente pelos próprios trabalhadores, que detêm os meios de produção. Ainda segundo o autor o terceiro setor é considerado um setor à parte, aparecendo ideologicamente como justificativa ao desengajamento do Estado, e as lacunas deixadas pelo mercado.

Lisboa (2003, p. 253) diz que “o terceiro setor compreende qualquer forma de atuação de organizações privadas sem fins lucrativos dirigida a finalidades públicas”. Possui um caráter mais despolitizado e deriva da literatura norte-americana, na qual expressões como “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias” se destacam. Para o autor, as principais características encontradas nas organizações do terceiro setor são: elas são formais e institucionalizadas; são privadas e independentes do governo; não distribuem lucros; autogerenciam-se; e possuem um grau significativo de participação voluntária.

No caso da economia solidária, segundo Lisboa (2003, p. 253), tem origem inseparável da história do movimento operário europeu e de sua tradição mutualista e cooperativista e busca integrar o social à lógica econômica. Onde essa economia imbricada como social, “recusa o economicismo e a autonomização do econômico face à sociedade” e, ainda, possui uma forte conotação política, expressa através de um modo de transformação do capitalismo, a partir da auto-organização dos produtores e consumidores.

No Brasil, também fica clara essa diferença, uma vez que, segundo Souza (2003b), o marco teórico que estamos construindo distingue economia solidária e terceiro setor. Para o autor (2003b, p. 255), “diferente da economia solidária, as organizações do terceiro setor não se caracterizam necessariamente pela autogestão do empreendimento pelos próprios trabalhadores envolvidos”, requisito esse obrigatório nos empreendimentos de economia solidária. Embora diferentes, muitos dos empreendimentos da economia solidária nascem e permanecem com o apoio de organizações do terceiro setor, podendo dizer até que parte do terceiro setor é responsável pelo desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Numa pesquisa realizada por Souza (2003b, p.255) na cidade de São Paulo, o autor adotou dois critérios básicos para fazer essa distinção:

a posse ou não de um estatuto feito pelos próprios trabalhadores engajados no empreendimento e a presença ou não de instrutores, ou monitores, ou seja, aquelas pessoas que no empreendimento recebem salário fixo, pago integralmente ou subsidiado por alguma instituição externa.

Dessa forma, foram considerados empreendimentos de economia solidária aqueles que, dentro do trabalho social, possuíam ou estavam constituindo estatuto próprio e não tinham pessoas assalariadas na gestão, mas apenas sócios cooperados em condições igualitárias. E as organizações sem essas características foram classificadas como pertencentes ao terceiro setor.

Outra forte característica da economia solidária fica clara quando França Filho (2003, p. 13) sintetiza-a “como noção ou conceito, que identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade”. O autor reforça essa idéia quando diz que o surgimento do fenômeno se deu através da proliferação das iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, especialmente em formas associativas e em busca de respostas a problemas locais. E, dessa forma, constitui a união de duas noções históricas - iniciativa e solidariedade -, que ainda sugere a solidariedade como centro da elaboração coletiva das atividades econômicas.

2.2.3 Os empreendimentos econômicos solidários e o cooperativismo

Como já levantado anteriormente nesse trabalho, os empreendimentos econômicos solidários constituem organizações com fins econômicas (gerar renda aos acionistas) e sociais (reinserção ao mercado de trabalho e desenvolvimento social). Aparecem como alternativas, principalmente no combate ao desemprego, mas também como mecanismos de apoio ao desenvolvimento humano e local. Suas principais características são: o modelo de gestão (autogestão) e os valores de cooperação e solidariedade.

A cooperação tem merecido destaque para alguns autores, como Jesus e Tiriba (2003), que destacam a tendência ao coletivismo. É como se o movimento do individualismo se invertesse e se esgotasse, uma vez que as formas individuais estão sendo superadas pelo

trabalho em conjunto. Para os autores, no contexto do trabalho, a cooperação se caracteriza pela fusão de muitas forças numa força social comum, que produz um resultado maior do que o resultado da força individual dos trabalhadores isolados. Dessa forma, a cooperação acaba por fortalecer aqueles que, por sua vez, não conseguem, sozinhos, ter acesso à renda e à inclusão social. Assim, esses empreendimentos econômicos solidários apresentam-se sob a forma de associações, cooperativas e empresas autogestionárias e atuam em várias áreas, desenvolvendo atividades como produção, prestação de serviços, comercialização e crédito.

Vale também ressaltar a questão do gênero no cooperativismo popular. Conforme Heckert et al. (2003), da mesma forma que as relações do gênero têm influenciado a esfera privada, têm também se manifestado no mercado de trabalho. Nas ocupações produtivas, a entrada da mulher continua associada ao setor terciário e doméstico, tendo como características de algumas atividades a destinação ao trabalho feminino, como serviços de limpeza, entre outros. No entanto, é interessante que alguns estudos vêm apontando que, ao escolherem suas profissões, as mulheres se prendem mais à utilidade social da carreira, e os homens as escolhem mais como forma de encarar a subsistência e como forma de ascensão social. Essa identificação com seu papel social faz com que as mulheres valorizem mais as relações humanas e, por isso, identifiquem-se tanto com o ideal cooperativo e solidário. Contudo cabe a homens e mulheres a construção de relações democratizadoras como forma de superar conflitos e na divulgação dos valores e princípios cooperativos. No entanto, segundo dados levantados pelo Atlas (2006), no Brasil a participação de homens nos empreendimentos econômicos solidários é superior ao de mulheres (64% e 36%, respectivamente).

Conforme o Atlas (2006), no Brasil, metade dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% atuam tanto na área rural como na área urbana. Os EES atuam, principalmente, em ramos de atividades como: agropecuária, extrativista e pesca, com 42% do total, alimentos e bebidas, com 18,3%, e diversos produtos artesanais, com 13,9%. Além destes, ainda atuam em menor número, em outros ramos de atividade, como: produção têxtil e confecções, prestação de serviços (diversos), produção industrial (diversos), serviços de coleta e reciclagem de materiais, produção de fitoterápicos, limpeza e higiene, serviços relativos a crédito e finanças, produção mineral e produção e serviços diversos.

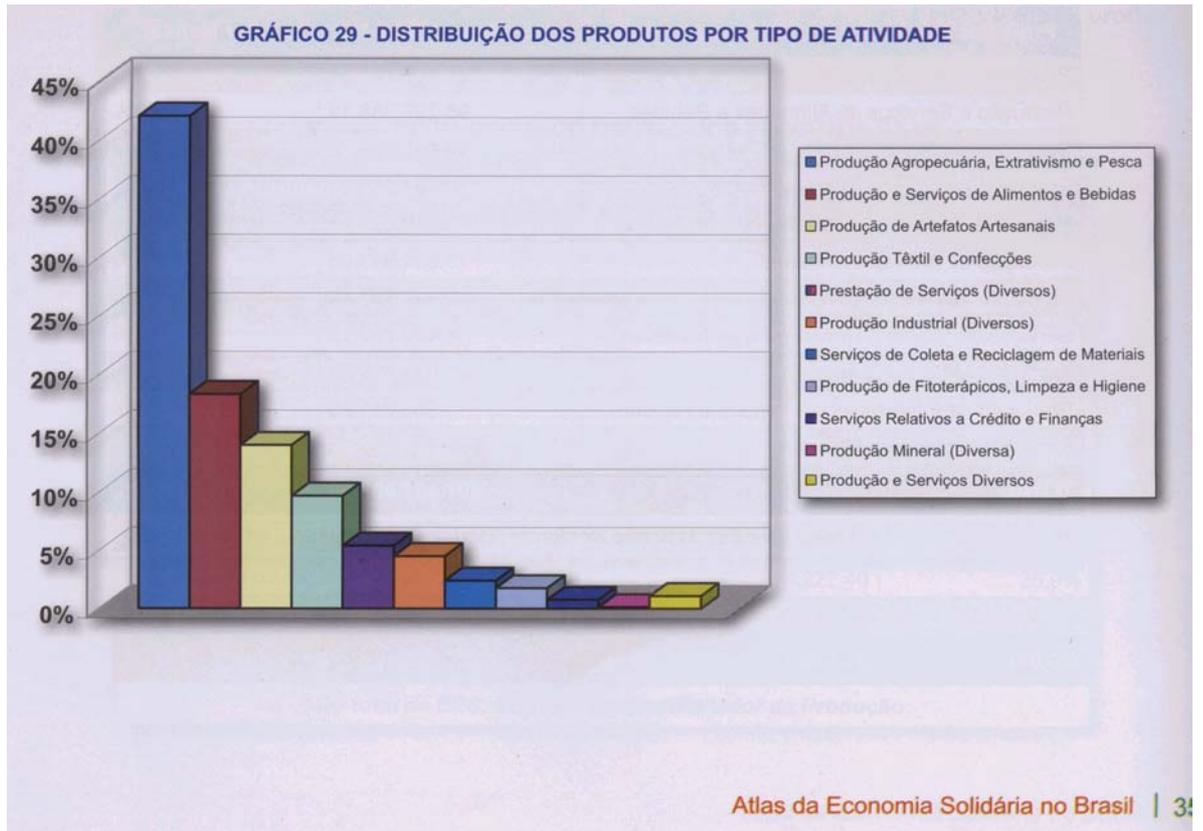


Gráfico 1: Distribuição por produtos por tipo de atividade.
 Fonte: Atlas da economia solidária no Brasil, 2006, p. 35

Além disso, também é possível observar que dos 59,3% (8.870 dos 14.954 empreendimentos cadastrados) que informaram sobre a remuneração dos sócios, apresentam a seguinte estrutura de remuneração:

- 50% - renda de até meio salário mínimo; e
- 26,1% - renda de meio a um salário mínimo.

Neste trabalho daremos ênfase ao cooperativismo e ao ramo de atividade de serviços de coleta e reciclagem de materiais, uma vez que os empreendimentos selecionados para o estudo atuam nesse seguimento e são cooperativas. Além de que o movimento cooperativo trouxe grande contribuição para o modelo de economia solidária atual, sendo considerado por Singer (2002) uma de suas raízes. Por isso, nesse tópico faremos um resgate da história do movimento cooperativista.

Segundo Schmidt e Perius (2003, p. 63), “cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais”. Baseiam-se em valores que provocam

motivações profundas no modo de agir cooperativo, como: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

O cooperativismo teve sua origem na Europa, durante os movimentos sociais que surgiram para amenizar as conseqüências sociais da Revolução Industrial. Teve como pressupostos básicos a solidariedade, a eqüidade, o trabalho em grupo e a liberdade, e seus principais idealizadores foram Owen, Fourier, Buchez e Blanc (BERNARDO-ROCHA, 1999). Ainda de acordo com a autora, foram, sobretudo, as idéias de Owen e Fourier que deram origem ao movimento cooperativista. O movimento surgiu num momento em que a cooperação parecia ser uma alternativa à restauração das injustiças sociais decorrentes do liberalismo econômico, através de uma nova moral baseada na busca da justiça, na razão e na união das pessoas, favorecendo o agir coletivo.

Robert Owen (1771–1858) nasceu em Newton, na Inglaterra, foi diretor de uma fábrica de fiação, em New Lanarck, onde introduziu várias inovações e obras sociais. Destacou-se por sua crescente luta por melhorias nas condições de trabalho, combateu o lucro e a concorrência por considerá-los responsáveis pelos problemas sociais e injustiças. Foi o criador da primeira Aldeia Cooperativa autogestionária, onde considerava tudo como propriedade coletiva (PINHO, 2001). Conforme Singer (2002), em virtude de crises econômicas da época, suas idéias cooperativas não tiveram aceitação por muito tempo em Lanarck, mas ainda assim deixou vários seguidores, que começaram a colocar em prática as idéias dele, criando sociedades cooperativas por toda parte.

Charles Fourier (1771–1837) nasceu na França e criou os falanstérios – associação de produção em consumo -, na qual os trabalhadores viveriam em comunidade, dividindo a renda de forma que o capital ficasse com 4/12 da remuneração, o talento com 3/12 e o trabalho 5/12 (BERNARDO-ROCHA, 1999). Para Pinho (2001), nos falanstérios a propriedade privada não era eliminada, apenas era transformada em acionária, uma vez que todos passavam a ser acionistas.

Philippe Joseph Buchez (1796-1865) também nasceu na França e divulgou suas idéias de associação cooperativista através do artigo “Meio de melhorar a condição dos assalariados e das cidades”. Buscou o agrupamento dos operários em categorias profissionais, onde deveriam: 1- colocar em comum suas poupanças; 2- obter empréstimos; 3- produzir em comum; 4- assegurar a todos igual salário; 5- reunir receitas líquidas em um fundo comum (PINHO, 2001).

Louis Blanc (1812-1882) reivindicava auxílio financeiro governamental para fundar as associações operárias. Ele era considerado agitador por imprimir à questão social o matiz de questão operária. Também criou a oficina social, que seria organizada com empréstimo estatal e estatutos sociais também fixados pelo Estado, sendo, a princípio, geridas por representantes do Estado, mas assim que os associados se conhecessem mutuamente os cargos seriam preenchidos por eleição (PINHO, 2001).

No ano de 1844, 28 trabalhadores, na maioria owenistas, uniram-se para formar a cooperativa de Rochdalle. Essa é considerada até hoje como a mãe do cooperativismo, pois, conforme Singer (2002), nessa cooperativa é que foi adotada uma série de princípios que influenciam o cooperativismo até nossos dias atuais. Foram eles:

1. decisões democráticas, independente de quanto investiu na cooperativa – um homem, um voto;
2. número aberto de membros da cooperativa, sendo, em princípio, aceito quem desejasse aderir;
3. pagamento de uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado;
4. divisão das sobras proporcional às compras de cada um;
5. as vendas seriam sempre à vista;
6. venda somente de produtos puros, não adulterados;
7. neutralidade política e religiosa.

Apesar dos princípios parecerem óbvios para nossos dias, significava grande avanço social para a época em questão.

Em 1895, ocorreu, em Londres, o I Congresso Internacional de Cooperativismo, resultado dos constantes debates entre ingleses e franceses. E foi durante esse Congresso que surgiu a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), um importante órgão não governamental até hoje regulador do movimento cooperativo pelo mundo. No Brasil, também temos a OCB (Organização Cooperativa Brasileira), um órgão regulamentador no país (BERNARDO-ROCHA, 1999).

Ainda para a autora, foi em setembro de 1995, no Congresso da ACI, que os princípios cooperativos foram reavaliados, considerando um contexto muito mais competitivo, ficando, portanto, da seguinte forma:

1. adesão livre e voluntária;
2. controle democrático pelos sócios;
3. participação econômica do sócio;
4. autonomia e independência no controle por seus sócios;
5. educação, treinamento e informação em um processo permanente de capacitação;
6. cooperação entre as cooperativas;
7. preocupação com a comunidade.

Sendo até hoje esses os princípios norteadores do cooperativismo no mundo, podendo criarem-se ilimitados tipos de cooperativas, pois, segundo Pinho (2001), uma cooperativa é criada para atender as demandas econômicas e sociais de seus associados. Contudo, para fins didáticos, estas são resumidas em algumas categorias, conforme alguns critérios, “tais como as pessoas que compõe a cooperativa (pessoas físicas ou pessoas jurídicas), a atividade econômica predominante (de produção, consumo, crédito), a forma de atividade, os fins a que se destinam, etc” (PINHO, 2001, p. 46).

No Brasil, em 1960, já aparecem traços cooperativistas com as fundações jesuítas, fundamentadas em trabalho coletivo, onde o bem-estar da família e do indivíduo se sobrepunha aos interesses econômicos da produção. Porém é em 1947 que situamos o movimento cooperativista no país, com a fundação da colônia organizada em bases cooperativas chamada Tereza Cristina, nos sertões do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre (adepto das idéias de Fourier), com um grupo de europeus. Outras experiências também surgiram na mesma época, em Santa Catarina, mas somente em 1891 é que surgiu a primeira cooperativa, em Limeira-SP: a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. A partir daí, o cooperativismo se desenvolveu através de vários ramos de atuação, como: cooperativismo agropecuário, cooperativismo de eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito urbano, cooperativismo habitacional, de trabalho, de saúde, etc (SCHMIDT; PERIUS, 2003).

Ainda conforme os autores, a Lei 5.764/71 foi a primeira a reger o sistema cooperativo no país, determinando que cada cooperativa deva ser constituída de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas, sendo os sócios - tanto profissionais liberais como de outras

profissões - os verdadeiros donos e também os responsáveis pela tomada de decisões da cooperativa. E somente em 1988, a partir da Constituição Federal, que as cooperativas ganharam suas principais contribuições como maior autonomia e um regime tributário adequado. Hoje, essa legislação vem sendo estudada para melhor atender as necessidades cooperativas, principalmente no que diz respeito às diferenças entre grandes cooperativas que funcionam como empresas hierárquicas e as cooperativas de economia solidária, que se caracterizam pela posse dos meios de produção pelos trabalhadores, que possuem, com certeza, necessidades muito distintas, precisando, assim, de regulamentação própria.

2.3 AUTOGESTÃO – A GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.3.1 Origem e história

A autogestão não é um conceito novo e pode ser encontrada como forma de organização produtiva em diferentes momentos históricos: “nos falanstérios, nas experiências da Comuna de Paris, nos sovietes da Revolução Russa, nas propostas anarquistas e como proposta de gestão e organização para diferentes espaços econômicos agrícolas e urbanos” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Segundo Motta (1981), Proudhon pode ser considerado o pai da autogestão. Apesar dele nunca ter empregado esse termo, que é recente, ele empregou o seu conteúdo. Foi Proudhon que deu, pela primeira vez, significado a um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção, quanto nas funções políticas. “A sociedade autogestionária em Proudhon é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (MOTTA, 1981, p. 133), uma vez que as leis sociais nascem do trabalho e do desenvolvimento da própria sociedade produtiva com suas leis.

Encontramos, assim, os primeiros aspectos autogestionários destacados por Proudhon que, de acordo com Motta (1981), diz que a ciência de alguns que comandam a vontade da maioria compromete a igualdade, negligenciando a liberdade e a democracia. Proudhon também enfatiza que a ordem se origina da participação coletiva por meio do conhecimento e

da produção de suas próprias leis sociais. Além de Proudhon, outros pensadores merecem ser destacados quando falamos em idéias participativas e autogestionárias, como: Robert Owen, Charles Fourier e Louis Blanc.

Robert Owen, em 1824, criou a primeira aldeia cooperativa experimental que se tem notícia, que nos lembra a organização dos Kibbutzin israelenses dos dias atuais. As idéias de Owen influenciaram o movimento cooperativista, o movimento sindicalista francês e o movimento socialista associacionista britânico (MOTTA, 1987).

Charles Fourier criou comunidades agrícolas autogeridas chamadas falanstérios. Ele acreditava que a “principal causa dos erros na agricultura fosse a propriedade privada, por essa razão propugnava a coletivização” (MOTTA, 1987, p. 13). Nos falanstérios, a maior parte da renda deveria cobrir os custos com a produção e os custos sociais.

Já o francês Louis Blanc acreditava que o Estado deveria financiar a criação de oficinas nacionais nos setores mais importantes, promovendo assim reformas sociais. Nessas oficinas, os interesses individuais fundir-se-iam no bem comum, em uma relação de fraternidade. Esse movimento deveria começar no interior da França e transformaria gradualmente toda a sociedade. Seu *slogan* era: “a cada um segundo suas necessidades e cada um segundo suas capacidades” (MOTTA, 1987, p.14).

Conforme Motta (1987), nenhum desses movimentos chegou a se concretizar por muito tempo. Owen chegou a afirmar que suas idéias não foram aceitas porque vieram antes de seu tempo. Os falanstérios de Fourier, mais bem sucedidos, duraram cerca de 10 anos, e Blanc não teve muita aceitação política, fazendo com que, sem financiamento suficiente, suas idéias fossem desaparecendo aos poucos. Mas embora não tivessem se mantido ao longo do tempo, esses movimentos trouxeram grande influência ao modelo de autogestão que hoje observamos. Na verdade, eles constituíram o ponto de partida, no qual pudemos nos apoiar.

Também existiram experiências autogestionárias como forma de governo em alguns países, como: a Alemanha (1936 a 1939) (TRAGTENBERG, 1987), a Polônia (1980 e 1981) (PEREIRA, 1987), França, Itália, Noruega e Suécia (VENOSA, 1987). No entanto, neste trabalho, limitar-nos-emos a explorar a autogestão como forma de gestão de organizações e não de governos, mais precisamente de empreendimentos econômicos solidários.

Atualmente, a autogestão tem aparecido como um conceito bem impreciso. Conforme Albuquerque (2003), com a globalização das técnicas administrativas, na maioria das vezes o termo aparece associado a processos produtivos, que têm por objetivo promover ou ampliar a

integração fabril, apenas como método ou técnica administrativa, não como real participação, mas como meio de aumentar a produtividade. Ou ainda como fenômeno político na escolha de dirigentes dentro de uma perspectiva normativa e estatutária, mais uma vez negando a real participação e propiciando uma subordinação político-cultural. Por outro lado, ainda conforme o autor, pensar a autogestão apenas como “referencial cooperativo, significa reduzir a ação coletiva à mitologia do bom selvagem, que dissimula a realidade social e a complexidade do processo de produção [...]” (ALBUQUERQUE, 2003, p.21).

Dessa forma, é preciso pensar a autogestão como nova forma de gestão autônoma do conjunto social que remete a novas formas de organização, não só da economia, mas também da educação e da política global, sendo aplicado como um sistema de organização das atividades econômicas e sociais, resgatando sua essência social da luta operária pela repartição do poder e mantendo sua referência às empresas autogeridas, que surgem como uma nova organização produtiva e geradora de renda a trabalhadores excluídos do mercado convencional. E, dessa forma, é que a autogestão deve ser analisada na perspectiva da economia solidária, que consiste no foco deste trabalho.

2.3.2 A autogestão na perspectiva da economia solidária

Uma forte característica dos empreendimentos de economia solidária é a prática da autogestão que, conforme Singer (2003a), estimula a solidariedade entre os membros e para com a população trabalhadora, em geral, enfatizando a ajuda aos mais desfavorecidos. Para Oliveira (2003), a autogestão também favorece o despertar para a cidadania, uma vez que as pessoas transformam-se em sujeitos da situação em busca por soluções qualitativas.

Segundo Albuquerque (2003, p. 20), em sentido *lato* a autogestão é entendida como “um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício do poder compartilhado [...], que expressa intencionalmente relações sociais mais horizontais”. Subentende-se, portanto, que todos os participantes da organização autogestionada estejam envolvidos no processo de tomada de decisões, sejam elas desde as rotinas e práticas de trabalho internas, as práticas de comercialização do produto ou serviço oferecido, até a política de remuneração dos trabalhadores.

No entanto, a autogestão caracteriza-se em muito mais do que um modelo de gestão, pois possui um caráter multidimensional que precisa ser observado. Para Albuquerque (2003, p. 20), esse caráter multidimensional pode ser descrito por seu caráter social, econômico, político e técnico:

- Social – “pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis a todos os indivíduos e grupos que dela dependem” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20);
- Econômico – “são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20);
- Político – “se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado”, promovendo a igualdade entre os membros (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20);
- Técnico – “insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho” (ALBUQUERQUE, 2003, 20).

É importante destacar que a autogestão significa organização de um empreendimento coletivo, onde todos precisam e têm direito de atuar, trazendo benefícios ao ser humano que se transforma em sujeito. Por isso, a importância da participação nas decisões promovida pela autogestão. E para Verardo (2003, p. 60),

investir no desenvolvimento de tecnologias adequadas à autogestão, na promoção de novos produtos, na orientação técnica voltada à viabilidade dos empreendimentos, na ampliação das relações comerciais, na constituição de redes de negócios, investe-se simultaneamente no desenvolvimento individual e coletivo dos trabalhadores.

No entanto, a busca pela autogestão representa uma série de dificuldades, pois somos formados para atuar em empreendimentos de heterogestão onde existe uma relação de autoridade a ser respeitada, contrariando, muitas vezes, a participação democrática. Assim, o despertar para a participação envolve uma construção de conhecimento acerca da autogestão como nova forma de ação social, torna-se necessário superar essa visão de acomodação e participar ativamente. Singer (2002) chama a atenção ao que ele denominada “caráter intersticial” de envolvimento, que, segundo o autor, refere-se à entrada dos indivíduos nas

organizações autogestionárias como falta de opção. De acordo com o autor, frente ao problema do desemprego o indivíduo se agarra a única alternativa de geração de renda encontrada. E então, diante da falta de informações acerca dos empreendimentos econômicos solidários e sua busca pela autogestão, depara-se com inúmeros conflitos.

Nessa fase, faz-se necessária a compreensão do processo de autogestão e da prática, pois, conforme Rufino (2003, p. 259), “nas empresas autogestionárias observa-se e intenta-se que o aprendizado da gestão democrática e participativa se faça na prática cotidiana, na participação continuada e na formação – cultural, educacional e política”. Ainda segundo a autora, outros conflitos são vivenciados quanto à implantação da autogestão. O fato de essas organizações trabalharem com ideais de solidariedade e democracia conflita com o ambiente competitivo em que se encontram e, por isso, surge uma preocupação básica em capacitar as empresas autogestionárias para competir com empresas capitalistas, buscando um misto entre os modelos de produção capitalista e os princípios autogestionários.

Rufino (2003), apresenta três momentos encontrados, não necessariamente sequenciais, na busca pela implantação da autogestão:

- Rejeição – os trabalhadores rejeitam os modelos de heterogestão utilizados anteriormente, mas ainda não se sentem preparados para a adoção de novas práticas da gestão democrática;
- Compreensão – o grupo passa a ter mais conhecimento do processo produtivo e da autogestão, aumentando a participação dos trabalhadores nas decisões coletivas;
- Inovação – as organizações passam a aprimorar suas atividades organizacionais, aumentando as discussões em grupo para a geração de soluções criativas.

Para Singer (2002, p. 21), as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são a heterogestão. É preciso buscar a formação necessária para que ambas dêem certo. Dessa forma, “o perigo da degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios”. Singer (2002, p. 23) ressalta ainda que “tanto a autogestão e a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria em vão compará-las para descobrir qual delas é melhor. São duas modalidades de gestão econômicas que servem a fins diferentes”.

Faria (1985, p. 49) diz que a heterogestão consiste numa “distribuição não igualitária do poder, ou seja, de uma relação predominantemente unilateral de dominação”. E que a “ausência de relações de subordinação” é o que, de fato, caracteriza a autogestão. Por isso, na economia solidária, a autogestão é vista como esse “modo de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções do grupo [...]” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 25), pensando a autogestão vinculada a outro tipo de ação social, na busca pela reapropriação da força produtiva e da promoção do desenvolvimento do indivíduo como sujeito social, construindo, assim, novas práticas sociais ligadas a uma nova forma de organização do trabalho, de maneira a promover uma transformação da sociedade capitalista.

2.3.3 Características e dificuldades a respeito de um desafiador modelo de gestão

Considerando a autogestão na perspectiva da economia solidária, esta se apresenta como um novo modelo de gestão para seus empreendimentos econômicos solidários. Esse modelo de gestão tem por finalidade proporcionar uma alternativa à organização social e econômica tradicional, no sentido de conseguir uma melhoria de vida de seus sócios. Segundo Souza (2003a), a autogestão é um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos além do econômico em si, como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos.

Dessa forma, a autogestão busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, a participação e o envolvimento de todos os sócios nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ANTEAG, 2005).

Quebrando a lógica da acumulação de vantagens que o sistema capitalista perpetua, a autogestão promove um sujeito com novos valores que não os do individualismo. Suas relações democráticas proporcionam uma cooperação entre iguais, onde as diferenças somadas produzem um melhor resultado, e onde a solidariedade não aparece como um valor caritativo como quando aquele que conseguiu mais abrir mão de um pouco que é seu para

repartir com os que não têm, mas para uma concepção de distribuição igualitária das possibilidades (ANTEAG, 2005).

Para Albuquerque (2003), são necessárias duas determinações essenciais para conceituarmos a autogestão:

- Superar a distinção entre o tomador de decisão e quem as executa;
- Superar a interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer.

Essas determinações são assinaladas pelo mesmo autor, como condições aplicadas ao fazer cotidiano para que a autogestão se caracterize como modo de gestão, proporcionando, assim, uma forma de organização onde o poder de decisão último pertença ao trabalhador e seja repartido de modo igualitário entre todos, qualquer que sejam suas qualificações ou aportes de capital.

Para Singer (2002), essa participação efetiva de todos proporciona um esforço adicional que leva a ótimos resultados, uma vez que todos passam a assumir o compromisso e responsabilidade com o todo, gerando efeitos, como: mais qualidade no processo produtivo, redução de defeitos, melhor atendimento aos prazos e objetivos do grupo. Isso é o que o autor chama de cooperação inteligente, uma vez que tudo na organização passa a ser interesse de todos, reduzindo a carga alienante que a heterogestão proporciona com suas divisões hierárquicas de poder e submissão da classe operária. E essa transformação do indivíduo omissor para o atuante dentro da organização acaba por promover uma modificação no comportamento social deste, uma vez que, muitas vezes, ele passa a ser atuante também fora da organização, em movimentos sociais e políticos, onde antes se considerava também excluído.

Oliveri (2005) chama esse participar do todo, ao invés da divisão de trabalho realizada na heterogestão, como um empoderamento para a participação através do trabalho. Isso se dá também pela existência de um rodízio das principais funções administrativas, a fim de promover maior participação nessas atividades.

É também importante ressaltar os principais benefícios dos empreendimentos autogestionários, que se manifestam na promoção do desenvolvimento das potencialidades locais, a fim de gerar trabalho e renda e, conseqüentemente, gerando inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento local (ANTEAG, 2005).

Singer (2002) também diz que por traz do crescimento de empreendimentos autogestionários vêm ganhando força outros movimentos sociais como o das minorias étnicas, de luta de classe e do movimento feminino.

Albuquerque (2003) fala de aspectos positivos e negativos da autogestão. Para o autor, são aspectos positivos:

- Ampliação na capacidade produtiva dos trabalhadores levada pela participação democrática;
- Conservação da experiência profissional em função da redução da rotatividade dos trabalhadores;
- Trabalhadores possuem uma visão mais positiva e comprometida de seu trabalho, cuidando melhor da qualidade de sua produção, pois essa leva a um aumento de rendimentos e de produtividade para a organização;
- Redução do absenteísmo e da preguiça, pois ocorre uma implicação pessoal do trabalhador sobre a produtividade dos seus colegas;
- Aumento da eficácia organizacional, já que a participação de todos no processo favorece a identificação de ineficácias organizacionais;
- Melhoria na comunicação interna;
- Capacidade de flexibilidade em horários e condições de trabalho, que propiciam a criatividade e inovação.

Aparecem, ainda, os seguintes aspectos negativos para Albuquerque (2003):

- Aumento no capital humano, mas redução na capacidade produtiva, já que os trabalhadores também passam a participar da gestão;
- Estímulos materiais ou os de participação podem abrir a possibilidade de uma política de emulação e manipulação;
- Dificuldade na medição da produtividade individual, em virtude do trabalho em equipe;
- Espaços produtivos autogestionários remetem a ambientes de incerteza.

Além desses pontos negativos apresentados pelo autor, muitas são as dificuldades encontradas na efetivação da autogestão. Um dos mais citados pela literatura é a necessidade de formação própria para isso, uma vez que a autogestão necessita de uma nova maneira de pensar e de agir coletivo e solidário. E esse ponto se complica uma vez que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários é formada por pessoas excluídas do mercado de trabalho e, portanto, sem qualificação suficiente para gestão. A maioria, inclusive, sem formação básica escolar. Singer (2002) ressalta essa dificuldade quando fala que, à primeira vista, os trabalhadores só se inserem nesses empreendimentos autogestionários por falta de opção, porque se encontram excluídos de outra forma de renda. O autor chama isso de caráter intersticial da economia solidária, dificultando ainda mais a idealização prática da nova forma de gestão.

Dessa forma, faz-se importante a participação dos organismos fomentadores da economia solidária e da autogestão, uma vez que seus empreendimentos trabalham com essa perspectiva de gestão. São essas organizações fomentadoras já citadas anteriormente que proporcionarão a formação devida para a autogestão, uma formação envolvendo seus valores e técnicas de gestão específicas, dos quais, na maioria das vezes, esses trabalhadores não possuem conhecimentos. Também é necessária uma formação crítica do sujeito, uma vez que todos participarão dos processos decisórios necessários para a organização. É preciso despertar a autonomia e a coletividade (ANTEAG, 2005).

Essa formação se faz tão importante, pois, como diz Singer (2002), o maior inimigo da autogestão é a não participação de seus membros e o desinteresse dos sócios. E isso ocorre sempre em situações onde não se têm formação e informações suficientes para a participação, fazendo com que o indivíduo caia na tentação da lei do menor esforço, ou seja, deixa que outro decida por ele. Para o autor, precisamos de formação em autogestão, uma vez que não somos naturalmente inclinados a esse modelo de gestão, assim como não somos a heterogestão, embora tenhamos sido formados para os moldes heterogestionários.

E isso implica numa grande dificuldade para a efetivação da autogestão, como relata Holzmann (2003), quando retrata a experiência de duas cooperativas formadas pelos trabalhadores da Metalúrgica Wallig, nos anos 80, na cidade de Porto Alegre, onde a relação de mandar e obedecer aparece tão intrínseca à mente do trabalhador, que este encontra dificuldades em participar efetivamente da gestão do seu próprio negócio cooperativo, muitas vezes optando por estar presente às reuniões e assembléias, mas limitando-se a apenas ouvir e não a participar dos debates, atribuindo essa ausência participativa, quase sempre, à

característica de personalidade (timidez) e ao medo de reprovação da maioria pelo reconhecimento que falavam errado, e também pela crença em um discurso incompetente, em função da falta de formação escolar.

A Anteag (2005) também destaca a necessidade do desenvolvimento de técnicas de gestão que respeite as peculiaridades dessas organizações autogeridas, já que a maioria dos instrumentos e técnicas de gestão são desenvolvidos para empresas capitalistas e sob o regime da heterogestão. Essa carência de técnicas administrativas específicas à autogestão se mostra uma dificuldade em função do seu caráter de inovação como forma de gestão.

Essa carência de técnicas e instrumentos de gestão específicos para a autogestão faz com que alguns empreendimentos econômicos solidário percam suas principais características autogestionárias e acabem se transformando em empresas capitalistas (SINGER, 2002). Este é ainda o principal desafio despertado por Gaiger (2003b), o que ele chama de encontrar “o caminho das pedras”, de maneira a assegurar sua viabilidade econômica, garantindo êxito e sustentabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecer seu caráter cooperativo, igualitário e democrático. Para isso, o autor fala em aspectos já levantados como formação para a autogestão; apoio dos órgãos fomentadores e do poder público, principalmente no que se refere a linhas de crédito facilitadas; e o fortalecimento de uma lógica empreendedora cooperativa, fundada nos laços pessoais e nos costumes locais.

Da mesma forma, os empreendimentos econômicos solidários encontram grandes dificuldades quando precisam contratar consultorias (contábil, jurídica, entre outras), pois na maioria das vezes essas não se encontram preparadas para as peculiaridades autogestionárias, precisando, portanto, de uma formação também voltada para essas empresas prestadoras de serviços de consultorias (ANTEAG, 2005).

A Anteag (2005) chama a atenção ainda para a profissionalização e eficiência necessária a essas organizações autogestionárias, pois o valor social agregado, que é tão importante na economia solidária, passa a não ser suficiente em uma economia capitalista, na qual esses empreendimentos estão inseridos. Embora operem com os valores da solidariedade e da valorização do indivíduo, elas estão inseridas em um mercado altamente competitivo e encontram como respaldo uma sociedade treinada a não enxergar esses valores sociais.

Outra importante dificuldade que precisa ser destacada é a carência de legislação e políticas públicas específicas a empreendimentos econômicos solidários, que trabalham com

perspectivas autogestionárias. Nossa legislação também precisa atender as peculiaridades dessa nova forma de organização, favorecendo, assim, os grandes benefícios que ela tem mostrado (VERARDO, 2005). Há, com certeza, necessidade de maior comprometimento do nosso poder público, na elaboração de políticas efetivas, superando essa característica cultural paternalista e assistencialista que temos presenciado. É preciso combater as políticas eleitoreiras de governo e buscar a criação de políticas públicas efetivas, voltadas a essa nova realidade. Isso encontra reforço nas palavras de Verardo (2005, p. 125), quando diz que “promover autogestão requer o desenvolvimento de práticas adequadas para a superação da lógica tradicional de dominação e exclusão”. Essas práticas não possuem receita, mas são construídas cotidianamente pelos trabalhadores com o apoio dos órgãos fomentadores, do poder público, e com a participação da sociedade, em geral.

2.3.4 Indicadores de autogestão

De acordo com a Anteag (2005), a autogestão não pode ser compreendida apenas como um processo empresarial; é necessário percebê-la como um processo econômico-social em que homens e mulheres devem participar, com toda sua integralidade, coletivamente, de maneira a construir uma experiência estratégica e emancipadora.

Como forma de avaliarmos objetivamente, “as situações que revelam o momento do processo de construção da autogestão, em uma empresa, pelos trabalhadores associados, afastando o empirismo característico deste tipo de análise” (ANTEAG, 2005, p. 37), é que a Anteag desenvolveu alguns indicadores de autogestão, que serão utilizados nesse trabalho.

Conforme Wautiez et al. (2003, p. 177), “um indicador é uma informação processada que busca gerar uma idéia sobre um fenômeno e sua evolução. É um sinal que se refere a uma das características do fenômeno, o qual desejamos colocar em evidência, possibilitando um ponto de referência que baliza nossa análise”. Ou seja, caracteriza-se por um conjunto de dados que nos permita simplificar, medir, comparar, visualizar o comportamento dos componentes de um processo. Embora importantes como instrumento de mensuração, possuem suas limitações, uma vez que existem também aspectos incomensuráveis que fazem parte da realidade.

Para os autores, os indicadores refletem os valores de seus idealizadores, uma vez que avaliar significa emitir um juízo. Portanto, é preciso considerar que fazer uma avaliação não significa apenas um problema técnico com estatísticas neutras, pois é preciso perceber os valores que abarca o conjunto da sociedade, principalmente no que diz respeito à avaliação dos empreendimentos da economia solidária, da qual é preciso destacar seus valores, refletindo também o “olhar social e ambientalmente responsável que as práticas de economia solidária pretendem reproduzir” (WAUTIEZ et al., 2003, p. 183).

Os indicadores de autogestão (ANTEAG, 2005) foram elaborados com base na experiência de acompanhamento e assessoria que a Anteag prestou e visam a formulação de um diagnóstico quantitativo, em um determinado momento, a fim de proporcionar uma comparação com outro e, assim, medir a evolução da autogestão em um determinado empreendimento econômico solidário, além, também, de servir para medir a necessidade de qualificação da gestão.

A Anteag (2005) propõe 38 indicadores selecionados pela sua importância para a caracterização de um empreendimento autogestionário, através dos aspectos internos e externos à organização. Estes foram agrupados em 06 eixos (Anexo A):

1. Participação dos cooperados: composto de 11 indicadores, refere-se à interferência direta e indireta dos sócios na gestão da organização, caracterizando o nível de democracia encontrado.
2. Transparência administrativa e financeira: possui 06 indicadores que servem a observação dos fatores básicos de transparência na gestão, com base na divulgação de informações ao trabalhador.
3. Transparência na distribuição dos resultados: propõe-se a medir a justa remuneração do trabalho desenvolvido por todos os sócios.
4. Relações comunitárias: formado por 07 indicadores, busca avaliar a convivência com os agentes sociais que podem auxiliar na viabilização do negócio sem ter caráter eminentemente mercantil.
5. Atividades sociais: composto por 05 indicadores, permite avaliar a integração e o respeito à integralidade das pessoas como uma preocupação conjunta dos trabalhadores.

6. Quadro social: busca a avaliação da ausência de exploração do trabalho, através do empoderamento dos trabalhadores que compõem o quadro de envolvidos no empreendimento.

Nesse trabalho utilizaremos esses indicadores como forma de comparação do modelo de gestão adotado por dois empreendimentos econômicos solidários selecionados, ligados à coleta seletiva da cidade de Maringá, a fim de caracterizá-los e subsidiar a explicação da origem das principais diferenças entre eles.

3 METODOLOGIA

3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA

No intuito de facilitar a investigação do problema de pesquisa orientador deste estudo, foram elaboradas perguntas de pesquisa, que são abaixo apresentadas:

- 1- Quais as principais características de autogestão encontradas nos empreendimentos econômicos solidários estudados?
- 2- Como ocorreu a formação e constituição desses empreendimentos econômicos solidários em estudo?
- 3- Quais as principais diferenças no processo autogestionário entre os dois empreendimentos estudados?
- 4- Qual a origem dessas diferenças nas principais características de autogestão nos dois empreendimentos econômicos solidários estudados?

3.2 DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL DOS TERMOS

A seguir, serão apresentadas definições constitutivas e operacionais de alguns termos que estão sendo utilizados na pesquisa, com o propósito de apresentar maior clareza e compreensão de cada um deles e, conseqüentemente, de todo o estudo. Segundo Vieira (2004, p. 19), “definição constitutiva refere-se ao conceito dado por algum autor da variável ou termo que se vai utilizar, e ele deve emergir da fundamentação teórica utilizada. A definição operacional refere-se a como aquele termo ou variável será identificado, verificado ou medido, na realidade”.

- **Exclusão**

Definição constitutiva: “é compreendida como a ação de pôr fora o que estava dentro, que se manifesta visivelmente na condição do desemprego” (JESUS; MANCE, 2003, p. 149).

Definição operacional: será operacionalizado nessa pesquisa como referência às situações de desemprego formal.

- **Empreendimentos econômicos solidários**

Definição constitutiva: “compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2003, p. 135).

Definição operacional: será operacionalizada através do estudo das cooperativas de reciclagem de lixo, selecionadas da cidade de Maringá, que são geridas conforme os princípios da autogestão.

- **Autogestão**

Definição constitutiva: “entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Definição operacional: será operacionalizado como um instrumento de gestão que não diferencia o trabalho intelectual do operacional e que, portanto, envolve a participação de todos no processo de gestão. Para tal, serão utilizados os 38 (trinta e oito) indicadores de autogestão apontados pela ANTEAG (2005) e agrupados em 06 (seis) eixos, como: participação dos trabalhadores, transparência administrativa e financeira, transparência na distribuição dos resultados, relações comunitárias, atividades sociais e quadro social do empreendimento, como já descrito no item 2.3.4 do capítulo anterior.

3.3 TIPO E NATUREZA DE PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como descritiva, pois se propõe a descrever o processo de formação autogestionária dos empreendimentos econômicos solidários em questão. Segundo Richardson (1989, p. 26), entende-se por pesquisa descritiva aquela utilizada “quando se deseja descrever as características de um fenômeno”, nesse caso a descrição do processo autogestionário de empreendimentos de economia solidária.

O estudo tem natureza predominantemente qualitativa que, segundo Trivinõs (1987), é compreendido como uma expressão genérica, que, por um lado, compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas e, por outro, pode ser caracterizado por traços comuns, como o que se pretende nas atividades de pesquisas utilizadas.

Richardson (1989, p.38) diz que “o que justifica o uso da pesquisa qualitativa é, sobretudo, por ser uma forma adequada de se entender a natureza de um fenômeno social”. Nesse caso, o fenômeno social estudado é o processo de gestão dos empreendimentos econômicos solidários selecionados, caracterizado pela busca da autogestão como alternativa econômica e também social na promoção do desenvolvimento humano.

Vieira (2004, p. 15) reforça a importância da pesquisa qualitativa quando diz que esta “garante a riqueza dos dados, permite ver o fenômeno na sua totalidade, bem como facilita a exploração de contradições e paradoxos” e reforça, ainda, que, por ser a realidade socialmente construída, não pode ser aprendida pelo método quantitativo de pesquisa.

O corte apresentado é longitudinal com cortes transversais, pois, de acordo com Vieira (2004, p.21), consiste na pesquisa na qual

o interesse também está no desenvolvimento do fenômeno ao longo do tempo, mas com foco em alguns momentos históricos desse desenvolvimento; são os chamados incidentes críticos que marcaram a história do fenômeno e que, de certa forma, possuem relevância na sua configuração atual; a coleta é feita em um único momento no tempo.

Uma vez que a pesquisa se refere aos aspectos históricos que contribuíram para a formação de diferenças na formação da autogestão, em dois dos empreendimentos econômicos solidários relacionados à coleta seletiva do lixo o foco está em momentos como a saída dos atuais cooperados do lixão, na constituição inicial das cooperativas, no processo de

formação cooperativista e autogestionária, nas realizações de assembléias e reuniões e outras ações relevantes à formação do atual modelo de gestão. Para tanto, os dados foram coletados em duas etapas com aplicação de questionário e entrevista de história oral, durante os meses de julho a setembro de 2006.

3.4 UNIDADE DE ANÁLISE

A cidade de Maringá possui, atualmente, cinco empreendimentos econômicos solidários especializados na coleta do material reciclável, que constituem o universo da pesquisa. A técnica de amostragem utilizada foi a intencional, descrita por Richardson (1989, p. 107) como um procedimento de composição de amostra representativa do universo que assegura a presença de sujeitos-tipo – “aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população”. Por isso, dentre as cinco organizações que apresentam as características da economia solidária com perspectiva de autogestão na cidade de Maringá, foram selecionadas, por sua similaridade, quanto ao objeto de trabalho, duas unidades de análise: a Cooperativa de Catadores de Lixo Reciclável de Maringá – Cocarema - e a Cooperativa de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços – Coopermaringá -, ambas atuando na separação e reciclagem do lixo e fundadas por ocasião da desocupação do lixão municipal, como alternativa frente ao problema social do desemprego, com participação do poder público municipal e da Universidade Estadual de Maringá.

3.5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foram levantados os indicadores de autogestão existentes nos empreendimentos econômicos solidários estudados e, para tal, utilizou-se como base o modelo proposto pela Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG -, no qual apresenta uma escala de classificação e índices de indicadores existentes em empresas autogestionárias (Anexo A). Nesse caso, os

dados primários, que se caracterizam por serem coletados pela primeira vez, foram coletados utilizando as técnicas da observação direta e questionário com perguntas fechadas e de aplicação com contato direto pela pesquisadora (Anexo B), aplicado durante os meses de junho e julho de 2006, aos 6 cooperados da Cocarema, e a 14 dos 19 cooperados da CooperMaringá, uma vez que 2 estavam atuando em bairros distantes e não freqüentam a cooperativa diariamente, 1 estava ausente por suspensão de 20 dias, e outros 2 não se dispuseram a responder o questionário.

Segundo Chizotti (2000, p. 90), a observação direta “é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”. Assim, a observação direta foi utilizada como estratégia para obter maiores informações junto aos cooperados das cooperativas estudadas e se deu através da observação nas visitas freqüentes da pesquisadora, das atividades daqueles, a fim de possibilitar a compreensão do contexto social, político e cultural das cooperativas em análise, além de sua forma de gestão.

Para Richardson (1989), o questionário pode abranger perguntas abertas e fechadas, assim como a combinação destas. As perguntas fechadas permitem a obtenção de informações sociodemográfica (sexo, escolaridade, idade) e identificação de opiniões (sim - não, conheço - desconheço, etc); já as perguntas abertas costumam ser utilizadas para aprofundar opiniões do entrevistado (por que, como). Nessa pesquisa foi utilizado o questionário com perguntas fechadas, e teve como forma de aplicação o contato direto, que, de acordo com o mesmo autor, é aplicado pelo próprio pesquisador ou por pessoas treinadas por ele, diminuindo as chances de não ser respondido pelos entrevistados, além de poder explicar e discutir os objetivos da pesquisa e esclarecer dúvidas dos entrevistados em relação a certas perguntas do questionário.

Na segunda etapa da pesquisa, realizou-se o levantamento dos pontos diferentes entre os dois empreendimentos econômicos solidários estudados, no que se refere aos índices autogestionários encontrados, e buscou-se explicar a origem dessas diferenças, levantando o processo de formação e constituição desses empreendimentos através da técnica da história oral e através da entrevista de história oral gravada, com roteiro parcialmente estabelecido.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2006. Foram entrevistados todos os 6 integrantes da Cocarema, e 10 dos 19 integrantes da CooperMaringá, que foram selecionados conforme o tempo de permanência na cooperativa, sendo 8 deles integrantes desde a formação inicial e 2 que ingressaram ao longo do período. Também foram

entrevistados 4 dos técnicos da Unitrabalho/UEM, que participaram da constituição inicial e fomento das cooperativas em estudo. Com objetivo de reavivar a memória dos entrevistados, foram utilizadas fotos do período inicial e da formação das cooperativas.

Para Vergara (2005, p. 121), “a história oral é uma metodologia de pesquisa que visa ao estudo e ao registro de acontecimentos, história de vida, trajetórias de organizações, enfim, temas históricos contemporâneos que permitem acessar pessoas que ainda estejam vivas”. Para a autora, a metodologia é aplicável ao estudo de temas relacionados a diversas disciplinas, como: história, antropologia, administração, entre outras, além de requerer um conhecimento prévio do pesquisador sobre a temática, uma vez que o resultado é construído com a participação do entrevistador e do entrevistado, juntos.

Na técnica de história oral, o principal instrumento para coleta de dados é a entrevista de história oral que funciona com um roteiro parcialmente pré-estabelecido e deve ser apreendida como uma narrativa, como “ouvir contar”, de modo a obter depoimentos dos entrevistados. Essa técnica requer alguns cuidados como gravação e transcrição das entrevistas, além da revisão do entrevistado (VERGARA, 2005, p. 123). Para Haguette (1999), a organização do roteiro da entrevista pressupõe o conhecimento profundo do tema em questão e, nesse caso, a pesquisadora já mantinha algum contato com os grupos estudados desde o ano de 2003, além de seu contato como integrante do núcleo local da Unitrabalho/UEM, há 1 ano. Thompson (1998, p.255) reforça essa idéia quando diz que, quanto maior o conhecimento do entrevistador, “mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista”.

Segundo esse autor (THOMPSON, 1998, p. 254), existem

muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom pesquisador acaba por desenvolver uma variedade do método que produz melhor resultado e se harmoniza com sua personalidade.

Nesse caso, as entrevistas seguiram um roteiro mais informal, onde a pesquisadora pedia aos entrevistados que fossem contando as histórias das cooperativas, desde sua composição inicial ou de sua data de ingresso à cooperativa, até as formas de gestão atuais.

Para a seleção dos entrevistados foi usada a abordagem intencional, uma vez que, segundo Haguette (1999, p.96), na técnica de história oral esta “não pode ser aleatória, ou seja, não pode obedecer aos parâmetros da amostragem probabilística”, uma vez que existem

personagens cuja contribuição é imprescindível, começando, assim, por uma lista onde, primeiramente, aparecem os nomes mais significativos para a pesquisa e, em seguida, os mais idosos.

Nas duas etapas da pesquisa foram utilizados dados secundários, ou seja, aqueles já disponíveis em documentos, estatutos internos, manuais, arquivos internos e externos, relatórios e outros. Estes dados foram levantados por meio de análise documental a fim de levantar informações que já estejam formalizadas.

De acordo com os métodos de levantamentos de dados utilizados, a análise destes se deu de forma qualitativa, na descrição e análise do processo de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários selecionados, bem como sua relação com as principais diferenças entre eles e seus respectivos processos de formação.

Para análise dos dados utilizou-se o método de análise do conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 38), caracteriza-se em

um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda segundo esse autor (BARDIN, 1977, p. 37), é o método das categorias, pois se propõem a classificar os elementos da mensagem em elementos de significação constitutiva, ou seja,

consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende do momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.

Para Richardson (1979), o método da análise de conteúdo possui as seguintes características metodológicas: objetividade - distinguir categorias, registrar e codificar conteúdos, etc; sistematização - inclusão ou exclusão do conteúdo de acordo com regras consistentes e claras; e inferência - leitura do analista do conteúdo, não ao pé da letra, mas mais aprofundada, a fim de obter significados de natureza psicológica, sociológica, histórica, etc.

Para isso, foram classificadas a abordagem e as perspectivas utilizadas na pesquisa. Em seguida, foram selecionados os conteúdos conforme essas regras de classificação e, por fim, inferidos através de uma análise dos documentos e das entrevistas, que considere o contexto social, as ideologias e outros aspectos relevantes.

Richardson (1979) explica ainda que esse método trata de compreender melhor o discurso, de aprofundar suas características e extrair momentos importantes e, portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação. Ainda segundo o autor, toda comunicação que implica a transferência de significados de um emissor para um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os principais fatores limitantes da pesquisa consistem na ainda recente formação dos empreendimentos econômicos solidários em estudo, pois estes ainda se encontram em fase de estruturação e de busca pela autogestão, por isso usaremos o termo “perspectiva de autogestão”, em função do processo de busca instaurado, assim como a maioria das experiências apresentadas pela literatura.

Considerada como um conceito em construção, a economia solidária apresenta-se como um fenômeno recente e, apesar de muito estar se escrevendo na área, existem diferentes perspectivas de vários autores, e todos ainda em busca de respostas para o fenômeno.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS

Foram dois os empreendimentos econômicos solidários selecionados para esse estudo, ambos relacionados à coleta seletiva do lixo, na cidade de Maringá. São eles a Cocarema – Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável de Maringá, iniciada no ano de 2002; e a Coopermaringá – Cooperativa de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços, iniciada em 2001.

Em virtude da autuação que a prefeitura (recém assumida pelo Partido dos Trabalhadores) já levava há algum tempo, por parte do Instituto Ambiental do Paraná, foi no ano de 2001 que a desocupação do lixão começou a ser promovida. Sabendo do problema ambiental, fiscal e humano existente, o núcleo local Unitrabalho/UEM, propôs parceria à Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Maringá, a fim de convencer os catadores do lixão a se organizarem em cooperativas de economia solidária, e a fornecer o suporte necessário para que elas pudessem alcançar viabilidade econômica e social (GALUCH, 2005).

Segundo Tenório (2002), em função do processo de colonização da cidade de Maringá, que levou a uma forte especulação imobiliária em função da intensa venda de lotes pela Companhia Melhoramentos (empresa colonizadora da cidade), para ampliar o plantio de café. Promoveu uma seleção natural da população recém chegada e sem formação técnica profissional, para os pequenos e médios lotes da região, que com o passar do tempo e com o aumento da pobreza generalizada, provocou um aumento da situação de exclusão, e como uma tendência natural, a população de baixa renda e desempregada acabou se agrupando nas regiões periféricas da cidade, originado nesse caso, cidades vizinhas como Paiçandu e Sarandi

Conseqüentemente, ocorreu a busca por alternativas de renda no lixão, por parte da população marginalizada. Dessa forma, ainda de acordo com a autora, já havia mais de 20 anos de ocupação do lixão, sem qualquer tomada de providência por parte de qualquer uma das administrações pública municipal anterior.

Conforme Galuch (2005, p. 52), a população desempregada que trabalhava no lixão, durante o período da primeira tentativa de desocupação, tinham as seguintes características:

A maioria das famílias pertenciam ao município de Paiçandu (45%), seguido de Sarandi (30%) e Maringá(25%). A faixa etária diagnosticada foi entre 18 a 60 anos (60,7% com idade superior a 35 anos e 39,3% com idade inferior a 25 anos). Cerca de 50% eram homens, com a escolaridade baixa encontrada pela maioria dos catadores, 64,38 % não completaram o ensino fundamental, 10% se declararam analfabetos, uma maioria (71%) tinham renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos e 21% de 1 a 2 salários mínimos. Era uma população que apresentava problemas também com relação a saúde e documentação.

A princípio foram estabelecidas relações de diálogo com os trabalhadores do lixão, através de conversas e reuniões *in loco*, com os membros da Unitrabalho/UEM e membros de algumas parcerias como da Secretaria de Serviços Sociais Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA), da Fundação de Desenvolvimento Social e Cidadania de Maringá (FUNDESC¹), da AIESEC (Associação Internacional de Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais, e da entidade religiosa Jovens Unidos por um Ideal (JOCUM) (GALUCH, 2005).

Depois de estabelecida uma relação de proximidade com os trabalhadores do lixão, a Unitrabalho/UEM ofereceu o primeiro curso para propiciar a formação das cooperativas de recicláveis. Esse curso foi intitulado “Curso Preparatório e Introdutório sobre Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”, teve a participação de 60 dos mais de 90 trabalhadores do lixão, e teve como principal objetivo preparar o grupo para o trabalho coletivo dentro dos Princípios Cooperativistas, buscando formar uma cooperativa de trabalho de seleção e reciclagem de lixo, e posteriormente aprofundar os conhecimentos básicos sobre cooperativismo e associativismo (GALUCH, 2005).

Ainda segundo a autora, nem todos os trabalhadores do lixão fizeram o curso e continuaram a trabalhar lá, mas a maioria dos que o fizeram, participaram ativamente das discussões sobre o tema, e saíram em condições para prosseguir nas discussões a respeito da constituição dos Estatutos e Regulamentos necessários para a formação da cooperativa. Em seguida a Unitrabalho/UEM, através da elaboração de um projeto de extensão, promoveu um acompanhamento para auxiliar na constituição da cooperativa. Desse trabalho formou-se a primeira cooperativa de trabalho de seleção e reciclagem de lixo – a CooperMaringá.

De julho a agosto de 2002, esse mesmo projeto de extensão da Unitrabalho/UEM, realizou novo curso intitulado “Introdução ao Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”,

¹ Órgão público municipal que atualmente se transformou na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) da Prefeitura do Município de Maringá.

para alguns dos remanescentes do lixão que também se convenceram do projeto de cooperativa de trabalho. O curso teve como objetivo, novamente promover uma preparação sobre os Princípios Cooperativistas e dar início ao trabalho cooperativo, levando posteriormente, à formação de uma nova cooperativa – a Cocarema, que também recebeu acompanhamento e assessoria da Unitrabalho/UEM (GALUCH, 2005).

De acordo com Galuch (2005, p. 57), esse projeto da Unitrabalho/UEM, também se preocupou em

motivar a organização autônoma do grupo, visando implementar autogestão participativa e democrática; incentivar a formação re-educacional dos trabalhadores envolvidos e sensibilizar a comunidade maringaense, junto os trabalhadores de reciclagem, para recolher os materiais recicláveis para atender à coleta seletiva organizada, efetuada pelos catadores e pela Prefeitura.

Para a formação da primeira cooperativa, a prefeitura locou um barracão, que logo mudou para outro, de maneira a acolher também a segunda cooperativa. Esse barracão foi dividido em duas partes de forma a separar as cooperativas fisicamente, dentro do mesmo espaço. No princípio também eram oferecidos cestas básicas e alimentos para a preparação do almoço para os trabalhadores. Além de uma máquina prensadeira a fim de viabilizar a operacionalização das tarefas. Também eram oferecidos pela prefeitura um caminhão e funcionários que faziam a coleta do material reciclável, levando-o até as cooperativas apenas para separação e venda.

Enquanto isso a Unitrabalho/UEM oferecia novos cursos de formação cooperativa, autogestão, e de ferramentas administrativas como custos e controles financeiros. Além da formação, a Unitrabalho/UEM também fornecia consultoria nas diversas áreas na qual precisavam, especialmente com seus controles administrativos e contábeis. É importante destacar que esse trabalho é realizado até hoje, através de visitas periódicas de técnicos e de alunos-estagiários que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nesses empreendimentos.

Nesse período inicial também foi ofertado pela Unitrabalho, curso de alfabetização ministrado pelas estagiárias do curso de letras da UEM, embora poucos persistissem na participação desses cursos, pois priorizavam o trabalho operacional.

De início os cooperados se mostravam muito resistentes à mudança, principalmente em assumir responsabilidades e tomar decisões, como prevê a autogestão. Eles queriam apenas trabalhar, não queriam participar da gestão, chegavam a pedir que a universidade fizesse a gestão por eles. No entanto com um tempo de formação, eles descobriram o gosto

pela participação e começaram envolver-se mais, apesar de que, até hoje existe uma certa resistência em assumir tarefas administrativas, e uma desvalorização por parte de alguns, daqueles que as fazem. Mas os depoimentos relatados por Mazzei e Bernardo Rocha (2005), mostram o valor que alguns dão a essa inserção social proporcionada pela Universidade e pelo poder público municipal da época. Segundo depoimento relatado pelas autoras, esse foi apontado como o maior benefício que tiveram: a oportunidade de conhecer e participar desse projeto de economia solidária. Apesar de que nem todos conseguiram se adaptar ao projeto e alguns decidiram voltar ao lixo.

Dentro de pouco tempo a coleta passou a ser realizada pelos cooperados, uma reivindicação deles próprios, uma vez que acusavam funcionários da prefeitura de ficar com o material de maior valor. Primeiro eles faziam um trabalho de conscientização com a população através da distribuição de panfletos, doados pela prefeitura, demonstrando a importância da reciclagem, bem como os dias de coletas.

Posteriormente outras três cooperativas de trabalho de seleção e reciclagem de lixo foram formadas na cidade de Maringá, sob a metodologia de incubação da Unitrabalho/UEM: a Coopernorte, a Cooperança, e a CooperPalmeiras. No entanto, estas não serão objeto de estudo desse trabalho em função de suas particularidades diferenciadas, principalmente no que se refere a suas condições de formação e gestão.

Com a organização das cooperativas, e com a melhoria na forma de trabalho, os trabalhadores começaram a se estruturar melhor, ganhando novas formas de relações sociais, e principalmente novo reconhecimento da sociedade, agora não mais como “membros do lixo”, mas como “trabalhadores”. Ganhando conseqüentemente um aumento da auto-estima dos próprios cooperados que começaram a sentir-se parte da cooperativa (“donos”) e a valorizar se como ser humano e social.

Embora muitas eram as dificuldades, as cooperativas vinham ganhando melhorias de organização interna, e também maior participação no mercado em função do desenvolvimento de melhores técnicas de separação dos materiais, e também melhorias nas negociações destes. Chegaram a se organizar em uma cooperativa de segundo grau – a Coopercentral, para realizar a venda em conjunto, agregando valor (melhor qualidade na separação dos materiais), e também aumentando a quantidade de materiais vendidos, conseguindo evitar os compradores intermediários (atravessadores) resultando em melhores preços de venda e maiores resultados financeiros. A Coopercentral é formada pelas cooperativas Cocarema, CooperMaringá, e Coopernorte.

No entanto, no ano de 2005 houve mudança de partido político no poder público municipal, e também um conflito com os empreendimentos econômicos solidários locais, uma vez que o projeto de reciclagem foi tido como bandeira do partido político anterior, deixando as cooperativas sem o apoio que precisavam, e da qual estavam acostumadas.

Em primeiro lugar a prefeitura parou de dar assistência aos veículos usados para a coleta, que ainda pertenciam à prefeitura. Falta de manutenção essa, que acabou gerando inúmeros dias sem trabalho, uma vez que consistiam em veículos velhos e quebravam freqüentemente. No final do ano de 2005 eles ficaram completamente sem veículos para coleta, resultando em meses com baixíssima ou nenhuma renda aos cooperados.

Também no final do ano de 2005, a prefeitura ameaçou parar de pagar o aluguel do barracão usado pelas duas cooperativas. Dessa forma conseguiu a mudança da Coopermaringá para o mesmo lugar onde funcionava a usina de reciclagem de lixo da cidade, na saída para a cidade de Astorga, dividindo esse espaço com outra cooperativa do mesmo ramo já existente lá – a Coopernorte. A Cocarema continuou em seu espaço físico, mas a prefeitura está relutando em continuar pagando o aluguel do barracão utilizado.

A coleta seletiva passou a ser feita apenas para a Coopermaringá, uma vez que a prefeitura parou de mandar o veículo para a Cocarema. Ainda assim, a coleta era insuficiente para manter apenas uma cooperativa, que agora também tinha que dividir o material coletado com a Coopernorte, pois estavam no mesmo espaço físico.

Durante esse período de atuação das cooperativas, a Unitrabalho/UEM desenvolveu alguns projetos junto ao Banco do Brasil e outras organizações, e conseguiu recursos para a compra de um caminhão, de computadores e de algumas máquinas necessárias.

No final do ano 2005, através de uma parceria com a ADS/ CUT, conseguiu-se a liberação de mais um projeto com a Petrobrás, conseguindo recursos para a compra de mais dois caminhões para a Coopercentral. Desde então, a coleta tem sido feita com os próprios caminhões das cooperativas. Embora nesse período tenha reduzido muito o volume de material reciclável em razão do tempo de ausência das coletas, fazendo com que a população ficasse desorientada quanto à coleta seletiva do lixo e parasse de fornecer o material separado.

Atualmente a prefeitura municipal tem contribuído com o pagamento do aluguel do barracão onde está localizada a Cocarema (apesar das ameaças de encerrar o benefício), além do pagamentos das despesas com água e luz da CooperMaringá, e do desenvolvimento recente do projeto “reciclagem”, onde fornece um caminhão com motorista, em dois dias da

semana, para a CooperMaringá e outras cooperativas de reciclagem na cidade (com exceção da Cocarema), para fazer a coleta de materiais recicláveis em regiões pré-estabelecidas da cidade.

Atualmente a Coopermaringá está localizada na rodovia PR 317, Km 07, estrada Maringá – Astorga, e possui 19 integrantes. E a Cocarema está localizada na rodovia PR 317, nº 1003- saída para Campo Mourão, e possui seis integrantes apenas, pois a maioria deles não resistiu ao período de escassez de material e renda. Ambas já estão se recuperando desse período muito difícil, mas a Cocarema foi a mais prejudicada em função da não realização da coleta por um longo período.

As duas cooperativas estão oficialmente legalizadas, mas encontram muita dificuldade em realizar os registros contábeis obrigatórios, e na organização quanto a emissão de notas fiscais. A Unitrabalho/UEM tem buscado fornecer subsídios para que estas formalizações ocorram, mas perante as dificuldades para a subsistência básica dos cooperados encontradas no momento, estes têm se recusado a oficializar esse trabalho. Até porque, conforme a legislação atual isso implicaria no recolhimento de impostos, que hoje as cooperativas não conseguiriam pagar.

4.1.1 CooperMaringá

A CooperMaringá, foi a primeira cooperativa de trabalho de seleção e reciclagem de lixo formada em função da tentativa de desocupação do lixão municipal, no ano de 2001. Sua constituição é totalmente de ex-catadores do lixão que primeiro acreditaram no ideal cooperativismo. Dos 19 cooperados atuais, 16 integram o grupo desde o início, e apenas 03 ingressaram durante o último ano, apesar de que, já estavam inseridos no ideal cooperativo por virem de outra cooperativa do mesmo ramo de atuação (Cocarema).

Eles são em 12 mulheres e 7 homens, e em relação a formação escolar, o grupo possui 3 integrantes com o segundo grau completo (ensino médio); 1 integrante com o primeiro grau completo (ensino fundamental); 5 que não são alfabetizados; e o outros integrantes cursaram até no máximo a 5ª série do ensino fundamental.

Essa cooperativa iniciou-se do grupo que participou do primeiro curso de cooperativismo e associativismo, tendo sido constituída inicialmente por 47 dos 60 trabalhadores que fizeram o curso. E teve uma formalização rápida, pois ao término do curso já estavam discutindo o estatuto e o seu regimento interno da cooperativa. No entanto, nem todos os cooperados permaneceram por muito tempo. Depois de 2 meses ele já estavam em 35 pessoas, pois o rendimento era realmente muito baixo, chegando a ter uma renda de R\$50,00 por cooperado, no primeiro mês de trabalho. Isso fez com que algumas pessoas desistissem da cooperativa.

Foram os incentivos da prefeitura municipal como, cesta básica, vale transporte, alimentos para que fizessem o almoço na própria cooperativa, pagamento de aluguel, água e luz do barracão, e o caminhão para coleta, que sustentou os que se mantiveram acreditando na idéia. No entanto, apesar de a maioria desses incentivos terem prazo determinado pela prefeitura de 6 meses, os cooperados acabaram se acostumando com os benefícios e se acomodando um pouco, gerando conflitos quando a prefeitura foi retirando-os gradualmente, permanecendo apenas o pagamento do aluguel, até o fim da gestão daquele governo municipal.

Outro importante aspecto a ser destacado no período inicial na cooperativa, foi a capacidade de adaptação do grupo ao trabalho coletivo. Considerando que, quando trabalhavam no lixão os trabalhadores concorriam acirradamente entre si, na separação dos melhores materiais e principalmente para guardá-los até o fim do dia, quando faziam a venda. No entanto, apesar dos conflitos de relacionamentos existentes, os cooperados demonstraram um bom trabalho coletivo e cooperativo.

Apesar disso, apresentaram resistência inicial para a participação na gestão, através de seu sentimento de incapacidade demonstrado pela pouca formação escolar, e pela não valorização da gestão administrativa da cooperativa, os cooperados acabaram deixando as tarefas administrativas nas mãos da mesma pessoa, e posteriormente queriam que alguém de fora como a Unitrabalho/UEM, ou a prefeitura gerisse o negócio para eles. Levando assim maior tempo para se adaptarem a autogestão.

Uma característica bastante levantada por vários entrevistados, é que essa cooperativa parece uma grande família, onde todos os papéis são representados. Desde o início ela possui mulheres na direção, que funciona um pouco como a “mãe”, intermediadora dos filhos, assim como existem os conflitos entre os “filhos” - os cooperados -, que precisam ser geridos. Essa característica de identificação familiar fez com que o grupo ficasse muito coeso, favorecendo

no sentido de interação e cooperação internamente entre seus membros, mas também formando um grupo muito fechado e de difícil abertura para pessoas de fora do grupo, para novos integrantes. Foi um grupo que começou grande e foi tendo o número de cooperados reduzido gradativamente.

No ano de 2005, com a mudança de partido político na prefeitura, juntamente com a promessa de não mais pagar o aluguel do barracão e com a promessa de receberem o material da coleta seletiva do lixo no espaço da anterior usina de reciclagem de lixo bruto, foi que acabaram mudando a cooperativa para esse espaço, onde estão até hoje dividindo-o com outra cooperativa do mesmo ramo, a Coopernorte.

Apesar de ainda continuarem lá, não estão muito satisfeitos, pois as benfeitorias necessárias que haviam sido prometidas pela prefeitura, não foram realizadas, além do local ser muito afastado da cidade, dificultando e encarecendo o transporte tanto de material reciclável, quanto de trabalhadores. Uma vez que agora até mesmo o caminhão para a coleta é custo e responsabilidade deles.

4.1.2 Cocarema

A Cocarema foi a segunda cooperativa de material reciclável formada a partir da iniciativa de desocupação do lixão municipal, no ano de 2001. Ela foi composta a partir dos trabalhadores que ainda não haviam acreditado no ideal cooperativo, mas que foram se convencendo com o tempo, ao observar o trabalho da primeira cooperativa e principalmente ao amadurecer melhor o novo conceito de organização.

Eles participaram do segundo curso sobre cooperativismo oferecido pela Unitrabalho/UEM, aos remanescentes do lixão. E dos participantes do curso resultou um grupo ainda pequeno de nove interessados no trabalho cooperativo de reciclagem. A intenção inicial da prefeitura era que esse grupo fosse absorvido pela primeira cooperativa – a CooperMaringá, mas como o grupo dessa cooperativa já se mostrava coeso e fechado, não consentiram com a entrada dos novos integrantes, então esse novo grupo ficou aguardando nova solução.

Logo a prefeitura resolveu incentivá-los na formação de uma nova cooperativa, embora ainda na informalidade, até que compusessem o número necessário para a formalização. Então um barracão foi locado para que o grupo iniciasse suas atividades. No entanto, logo foi proposto que se mudassem juntamente com a CooperMaringá, para um barracão maior onde pudessem garantir espaço para o trabalho das duas cooperativas. E é nesse barracão que está até hoje, embora ainda estejam enfrentando problemas em assumir o aluguel.

Eles iniciaram com nove integrantes no ano de 2002, e foram agregando lentamente novos membros, de maneira a conhecer cada integrante antes de sua entrada definitiva, e assim completar o número mínimo, na época (20 integrantes), para a composição da cooperativa. Em função disso, a Cocarema demorou a se formalizar. Somente no ano de 2004 é que ocorreu a constituição formal da cooperativa e a primeira assembléia oficial.

A cooperativa também recebeu da prefeitura os mesmos benefícios concedidos à CooperMaringá, mas assim que começaram a se estruturar melhor, abriram mão das cestas básicas, dizendo que queriam trabalho e não assistencialismo (“esmola”).

A Cocarema tem como característica a rapidez de iniciativas. Seu líder (o mesmo, desde o início), tem uma personalidade empreendedora e, portanto conduz o grupo na mesma direção, aspecto pelo qual também surgem inúmeros conflitos por parte daqueles que não conseguem acompanhar o ritmo dinâmico do líder, mas é sempre cobrado para que assim seja. Com 9 meses já haviam adquirido um veículo Kombi velho para aumentar a coleta, e no final do ano de 2004 os cooperados da Cocarema chegavam a ganhar de R\$600,00 a R\$800,00 por mês, e já pensavam em buscar benefícios sociais como seguro de vida e férias.

No entanto com a mudança de partido político no poder público municipal, no ano de 2005, esta foi a cooperativa mais prejudicada com a falta de caminhões para coleta. Como o grupo resolveu não ceder a pressão para mudança de endereço, já prevendo quantidade de material insuficiente para as três cooperativas trabalharem no espaço onde funcionava a usina de reciclagem, esse grupo foi o mais afetado, chegando a ficar totalmente sem material para trabalho, por alguns meses. Foi um estado lamentável para a cooperativa, assim os conflitos foram aumentando e poucos foram os cooperados que suportaram tamanha dificuldade, levando a uma desistência em massa.

Com a chegada dos caminhões da Coopercentral, um foi destinado à coleta da Cocarema, fazendo com que o grupo fosse se reorganizando novamente. Quando retomaram a

coleta, precisaram refazer todo trabalho inicial de conscientização da população quanto a dia e horário da coleta. Até os trechos de coleta foram alterados, foi uma reorganização geral.

Hoje a cooperativa possui 6 membros, sendo 2 trabalhadores presentes desde a formação inicial da cooperativa e vindos do lixão; 2 trabalhadores que estão a mais de um ano na cooperativa; 1 trabalhador que já havia participado em outro momento, mas saiu e retornou esse ano; e 1 novo integrante que entrou esse ano. São 5 homens e uma mulher, sendo que a formação escolar do grupo se apresenta da seguinte forma: 1 cooperado com segundo grau completo (ensino médio); e o restante do grupo possui até no máximo a sexta série do ensino fundamental.

4.2 CARACTERÍSTICAS AUTOGESTIONÁRIAS

De acordo com o modelo adaptado, de indicadores de autogestão da Anteag (2005) (Anexo A), descrito no capítulo da metodologia, as duas cooperativas apresentaram características autogestionária muito semelhantes, apesar de também aparecerem algumas diferenças (Anexo C). Esses indicadores foram agrupados em 6 grandes eixos, conforme o modelo proposto. Esses eixos são: participação dos cooperados; transparência; transparência na distribuição dos resultados; relações comunitárias; atividades sociais; e quadro social.

Em relação à participação dos trabalhadores (eixo 01), a Cocarema apresenta melhores resultados numéricos do que a CooperMaringá, embora ambas apresentem bons indicadores na maior parte dos casos, ficando muito falho em relação a atuação do Conselho Fiscal, que se encontra desativado nas duas cooperativas.

Em relação às assembleias, as duas cooperativas se referem a assembleias extraordinárias, onde as decisões são colocadas em discussão e votação. A CooperMaringá demonstra ter realizado poucas assembleias como essas, enquanto a Cocarema acaba por realizá-las sempre que qualquer decisão precisa ser tomada. Mas é preciso observar o número reduzido de trabalhadores na Cocarema, que facilita as reuniões e debates quase que diário pelo grupo, uma vez que de acordo com o relato dos cooperados entrevistados, essas reuniões são realizadas praticamente todo dia.

Ainda em relação à rotatividade de seus membros de direção, a Cocarema acaba por ter melhores indicadores, uma vez que teve uma grande evasão de seus cooperados, mas isso não retrata a realidade autogestionária da organização, pois apresenta um viés em função da rotatividade da diretoria por desligamento da cooperativa.

Quanto à transparência (eixo 02), as duas cooperativas apresentam baixos indicadores, no que se refere a ausência de planejamentos e mais uma vez, da fiscalização que deveria ser exercida pelo Conselho Fiscal não atuante. Na CooperMaringá observou-se indicadores médios no quesito prestação de contas mensal, significando que em alguns meses não têm sido elaborado, enquanto na Cocarema essa prestação de contas mensal é realizada com frequência. Por outro lado, a CooperMaringá divulga um pouco mais suas ações administrativas e da produção, enquanto a Cocarema não tem feito nenhuma divulgação nesse sentido

No eixo 03, que se refere à transparência na distribuição dos resultados, as duas cooperativas apresentaram bons e iguais resultados, significando que não existe diferenças salariais dentro dos empreendimentos, e que qualquer decisão à esse respeito é tomado em conjunto.

Nas relações comunitárias apresentadas no eixo 04, os resultados também foram idênticos nas duas cooperativas, apresentando um bom nível de indicador apenas nas relações com os parceiros e apoiadores, uma vez que a Unitrabalho/UEM possui um vínculo constante com as cooperativas, assessorando no que é preciso, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento diário da gestão contábil e administrativa, além da elaboração de projetos.

Têm ainda uma boa relação com outros parceiros como a ADS/CUT, Projeto Petrobrás e Projeto Banco do Brasil (elaborado a partir da Unitrabalho/UEM), que tem fornecido apoio e recursos para aquisição de bens como máquinas e caminhões.

Por outro lado, demonstraram pouco envolvimento com o poder público local, até porque este tem se mostrado distante e omissos com relação às cooperativas de reciclagem, e também com os outros empreendimentos econômicos solidários da cidade. E também não apresentaram envolvimento algum com movimentos comunitários locais, uma vez que vinham passando muita dificuldade para se auto organizarem e se auto manterem. Embora apresentem sempre preocupações com as outras cooperativas de reciclagem de Maringá, muitas vezes até colocando seus caminhões a disposição para transportes que essas venham a precisar.

É nas atividades sociais (eixo 05), que as cooperativas apresentam maior diferença. A CooperMaringá tem uma característica mais festeira, e não abre mão de fazer sua festa de final de ano, envolvendo todos os seus cooperados e suas famílias. Já a Cocarema não valoriza muito essas reuniões festivas e não vem desenvolvendo algo nesse sentido.

No entanto, quanto à atividades esportivas, ambas não realizam ação alguma. E quando questionados a respeito da realização de atividades físicas, vários cooperados das duas cooperativas responderam que, a única atividade esportiva que eles fazem é correr atrás do caminhão na hora da coleta.

No sexto e último eixo que se refere ao quadro social das cooperativas, ambas apresentam elevados indicadores por não terem empregados, nem terceiros trabalhando nos empreendimentos. E também por buscarem a participação de todos os cooperados nas decisões sobre a integração de novos membros, e sobre o afastamento de algum dos que já são cooperados.

Mas a grande diferença desse indicador está no envolvimento de mulheres nas cooperativas. Apesar da diferença numérica não apresentar-se expressiva em função do número pequeno de cooperados na Cocarema, fazendo que seu número reduzido de mulheres tanto na cooperativa (1 mulher e 5 homens), quanto na diretoria atualmente composta por três pessoas, sendo uma delas mulher (1mulher e 2 homens). Isso faz com que o percentual de mulher não seja tão baixo no grupo, mas de fato a maioria é composta por homens.

Já na CooperMaringá sempre houve predominância de pessoas do sexo feminino, sendo hoje 12 mulheres e 7 homens. Na diretoria isso também se reflete, pois elas significam 67% do quadro.

Assim temos, no quadro abaixo, um resumo das principais diferenças nas características autogestionárias, conforme o modelo da Anteag (2005).

		CooperMaringá					Cocarema						
1	Participação dos Cooperados	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5
1.1	Frequência de assembleias		X										X
1.5	Frequência de reuniões do Conselho de Adm				X								X
2	Transparência												
2.1	Elaboração de prestação de contas mensal				X								X
2.2	Divulgação da prestação de contas mensal				X								X
2.6	Divulgação das ações administrativas ou da produção				X			X					
5	Atividades Sociais												
5.2	Participação dos cooperados nessas festas						X	X					
5.3	Participação dos familiares dos cooperados						X	X					
6	Quadro Social												
6.5	Percentual de mulheres na cooperativa				X				X				
6.6	Percentual de mulheres na direção da cooperativa				X					X			

Quadro 1- Principais diferenças nas características autogestionárias entre a CooperMaringá e a Cocarema, conforme aplicação do modelo de indicadores ANTEAG (2005).

4.3 ORIGEM DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS EMPREENDEMENTOS ESTUDADOS

Como as duas cooperativas possuem histórias de formação parecidas, foram alguns aspectos peculiares dos indivíduos que as compõem, que acabaram por implementar características tão próprias a cada uma, que promove muitas diferenças. Nesse estudo nos limitaremos a descrever a origem das diferenças que se referem a autogestão dos empreendimentos.

Os aspectos históricos foram levantados conforme análise dos relatos das entrevistas, e foram assim relacionados, porque durante a pesquisa, foram mencionados o maior número de vezes nos relatos dos entrevistados, merecendo maior destaque. Dessa forma, puderam ser levantados essencialmente dois fatores que levaram a formação dessas diferenças:

- Características da liderança de cada cooperativa.

“a CooperMaringá tem uma característica em relação a Cocarema, que é a questão da liderança. Ela tem..., o perfil feminino da CooperMaringá, pela Silvia e pela Selma, pela Dona Ana, aquele pessoal, são mulheres que tem um..., como é que vou dizer, um *time*, em termos de ação diferenciado, mais cauteloso e mais profundo. Tanto que os problemas de relacionamento da CooperMaringá, não tinha a

velocidade, se é que se pode chamar de velocidade, o tempo deles é diferenciado, mas eles aprenderam mais rápido, foi mais fácil assim de passar alguns mecanismos de autogestão pra eles, do que propriamente a Cocarema por exemplo, que tem uma liderança mais ativa, mas mais impositiva.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“A CooperMaringá, de certa forma, ela sempre lidou melhor com a coisa da..., com a Dona Ana sempre foi melhor na parte dos números, do controle contábil, e por outro lado a coisa das vendas faltava essa liderança que fosse buscar, eles ficavam mais passivos nessa parte de buscar o mercado, mas no controle interno, na burocracia, a CooperMaringá sempre foi melhor.

A Cocarema por outro lado, sempre foi não tão boa na parte burocrática, sempre foi muito pesada aquela coisa de livro caixa, essas coisas de controle, essa coisa da burocracia sempre foi pesada para a Cocarema, mas a coisa da venda de buscar o mercado, da coisa do sonho, da utopia de ir atrás, isso teve da característica da liderança.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“E a CooperMaringá não, foi o grupo que tomou a iniciativa, não tinha uma liderança que despontasse muito, é mais uma questão de identidade de grupo, e a Cocarema dependia muito da liderança do China, por isso que não foram no primeiro momento, foram no segundo, me parece que é isso. Então quer dizer, são lideranças diferentes, a Cocarema foi movida acreditando no líder e não na idéia do grupo, que em parte a CooperMaringá tinha melhor, no prazer de estar juntos reunidos, mesmo não sendo laços familiares, e a Cocarema sim parece que foi a cara do líder.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

- A formação dos cooperados.

“No começo foi meio assustador, porque a gente ai nem... Não são todos que tem segundo grau, essas coisas completas. Então ficou muito difícil, a gente ficou meio assustado porque pra gente era um bicho de sete cabeças. Mas daí tudo bem foi tranquilo, daí fomos aprendendo, os professores ensinando tudo, e aí hoje eu acho que a gente está avançando até demais, nós estamos bem e estamos começando até a ensinar outras cooperativas, passar pelo menos o básico que a gente sabe, para os outros também. Isso é muito legal, e é muito legal você ser dono mesmo e saber que você tem aquela responsabilidade sobre o empreendimento.” (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“Aqueles que não tem formação escolar, no mínimo, se sentem diminuídos perante os outros. É um pouquinho diferente na CooperMaringá, talvez porque a maioria tinha esses problemas, não sentiram tanto a discriminação. Na Cocarema há discriminação, maior até do que na CooperMaringá, eles mesmo se discriminam”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Uns falam que é porque não entendem, outros falam que é porque não tem estudo e então não pode fazer parte do administrativo, de alguma coisa, então ele não tem muita vontade de participar. Mas quando todo mundo participa é melhor. Quando todo mundo participa é bom”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“Mas aí a gente iniciou a fazer esses cursos, e a gente foi percebendo algum interesse em alguns companheiros da gente, com mais facilidade de entendimento desses cursos, e que eram pessoas que agora vem poder estar ajudando, alguns até saíram, mas alguns que ficaram estão podendo até ajudar a gente a lembrar de alguma coisa, porque a gente sai para mexer num canto e o outro acaba ficando parado.” (Relato de cooperado da Cocarema)

Assim pudemos destacar que através desses aspectos mais relatados pelos entrevistados, que originaram as principais diferenças nas características autogestionárias de cada cooperativa, conforme será tratado com mais detalhe nos próximos itens dessa pesquisa.

4.3.1 Características da liderança

As características de cada liderança foi um dos aspectos mais citados por todos os entrevistados, tanto pelos cooperados como pelos técnicos da Unitrabalho/UEM. O que ficou bem nítido é a característica familiar da liderança da CooperMaringá, e a característica mais econômica da liderança da Cocarema.

A liderança da CooperMaringá evidenciou a questão do trabalho em grupo, e de trabalhar por prazer juntos. Como numa grande família em que a liderança faz o papel dos pais, nesse caso específico, da mãe, e os cooperados são os filhos. Dessa forma essa liderança se destacou na resolução dos conflitos internos, fazendo o papel do mediador e desenvolvendo a idéia do bem estar social em primeiro lugar.

“Assim foi se compondo a CooperMaringá, mas é uma cooperativa que continua com a gente até hoje, mas tem uma característica bem diferente da Cocarema, ela tem uma característica muito de família, é uma característica bem diferente da Cocarema, era um grupo que tinham laços muito fortes pessoais entre eles, que de certa forma contribuiu para que eles demorassem um pouco mais aí a avançar como empreendimento, mas com relações mais, talvez de amizade, mais social. Nesse sentido a CooperMaringá demorou mais tempo para ser, para que eles mesmos se entendessem como empreendimentos econômico, era praticamente um grupo que tinha saído de uma situação muito difícil.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“realmente desde cedo, a gente descobriu que esse grupo já tinha mais uma afinidade muito grande, como uma família, e o aspecto econômico ficou um pouco para trás” (Relato da líder da CooperMaringá).

Essa idéia de família nada tem a ver com laços de sangue, apesar de hoje, na cooperativa ter integrantes de duas famílias. Mas são as relações de amizade e afinidade promovidas pela liderança que faz com que essa situação se reforce ainda mais.

“eu vejo que essa liderança da Sílvia, o pessoal confia muito nela, continua, e eu acho que ali todo mundo tem uma liberdade, é pouca gente mas todo mundo tem uma liberdade de dar seu grito. Eu sinto que o que era um espaço de muito conflito virou uma família, mas aquela história da família, quando o filho se sente pressionado ele grita, quando o pai quer falar mais alto, ele fala” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Não, muito pelo contrário, muito pouco laços de sangue tem a CooperMaringá mais é amizade. A CooperMaringá sempre foi, eu pelo menos, sempre percebi a CooperMaringá como uma cooperativa que eles tinham prazer de estar junto, eles não abriam mão da festa de fim de ano, do dia do trabalho, do dia do catador, e sempre tiveram mais prazer em trabalhar, prazer em estar reunidos ali, do que um laço econômico que os unissem. Esse sempre foi o diferencial da CooperMaringá, e que a gente fazia uma leitura errada, eu pelo menos no começo achava que na CooperMaringá, as pessoas talvez não tivessem tanto empenho, mas não era, eles tinham mais prazer em estar juntos e trabalhar juntos do que o fator econômico. Eles tinham mais prazer em estar juntos porque a liderança deles não é uma liderança econômica como o líder da Cocarema” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“Esse laço é que fez com que esse grupo criasse uma identidade forte desde o começo, eles foram os primeiros, foram os que quiseram, então isso fez com que..., esse laço, foi que os levaram pra cooperativa, essa afinidade entre eles, mas laços familiares acho que até eram poucos” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“No início era bastante gente, então era meio complicado se falar em grupo, porque uns não combinavam com o outro, uns brigavam até, na época, mas depois que foram saindo as pessoas, agora somos igual a uma família” (Relato de cooperado da CooperMaringá).

Já a liderança da Cocarema apresenta características diferentes. Seu líder tem uma boa visão de mercado, apresenta características empreendedoras, e é muito ágil, com pouca paciência para aguardar o tempo mais lento dos cooperados. Por isso a Cocarema teve grandes avanços econômicos inicialmente, e também muitos conflitos em relação a relacionamentos internos. Assim, apesar de várias vezes os cooperados reclamarem da maneira impositiva como eram tratados pelo líder, quando este queria que o grupo o acompanhasse seu ritmo, o grupo sempre reconhecia que suas idéias eram boas e que o líder tinha razão, embora se sentissem incomodados com o temperamento áspero do líder.

“A Cocarema, a diferença, é que a Cocarema no momento, tinha uma liderança muito forte que é o China, Jesus Aparecido Montelo, que é uma liderança, um empreendedor, um visionário, que tem uma visão muito ampla da coisa. Mas é uma cooperativa com outra característica, uma cooperativa mais madura e em seguida, pelo viés econômico, a Cocarema já em seguida, evoluiu muito mais rápido que a CooperMaringá, porque tem esse outro *time*. Enquanto a CooperMaringá ainda tinha aquela coisa da família, era mais lenta, as pessoas tinham prazer em estar juntos, o econômico até não era tão influenciado, a Cocarema já tinha essa coisa puxada pelo China, por uma liderança que tinha mais, era mais ambicioso, no sentido de buscar resultado econômico, e até hoje o China é muito importante nesse processo todo” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“Mas a Cocarema a princípio fez o curso de autogestão também, e já despontou como..., inclusive o nível de ganho da Cocarema sempre foi maior do que a CooperMaringá” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“... a Cocarema avançou mais rapidamente em direção a autogestão nesse sentido, que tinha uma liderança que tinha esse perfil mais econômico, buscava o mercado, desbrava, o China é um desbravador, é um líder visionário e empreendedor nato, então eu acho que em relação a autogestão, a Cocarema deu um passo a frente, e conseguiu, foi a primeira, a única a comprar um veículo. O China

meteu o peito, teve coragem, foi lá e comprou, fazia os negócios e incentivou, inclusive a criação da Coopercentral hoje deve muito ao China por causa disso” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Até onde eu comecei a acompanhar, me parece que de forma diferente. A Cocarema tem uma vantagem, não sei se é vantagem, uma característica diferente, que é a presença forte do China, da Raquel, um pessoal que aprende muito rápido. O China é uma liderança muito rápida, as vezes tenciona o grupo, porque o grupo não consegue acompanhar ele, mas a autogestão de certa forma, como é que vou dizer..., ela vestiu bem, caiu bem no grupo, porque são pessoas que tinham bastante autonomia e força de vontade, tinham uma inteligência bastante diferenciada, tanto emocional como prática, e autogestão caiu perfeito para os dois grupos, só que em velocidades diferentes” (Relato de técnicos da Unitrabalho).

“A CooperMaringá, de certa forma, ela sempre lidou melhor com a coisa da..., com a Dona Ana sempre foi melhor na parte dos números, do controle contábil, e por outro lado a coisa das vendas faltava essa liderança que fosse buscar, eles ficavam mais passivos nessa parte de buscar o mercado, mas no controle interno, na burocracia, a CooperMaringá sempre foi melhor” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“A Cocarema por outro lado, sempre foi não tão boa na parte burocrática, sempre foi muito pesada aquela coisa de livro caixa, essas coisas de controle, essa coisa da burocracia sempre foi pesada para a Cocarema, mas a coisa da venda de buscar o mercado, da coisa do sonho, da utopia de ir atrás, isso teve a característica da liderança” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“Ele foi e montou essa cooperativa, porque até a gente mesmo falava ‘a Cooperativa do China’, e a gente ficava se corrigindo porque ele impunha tudo lá dentro de uma certa forma, porque ele não espera, ele não tem essa paciência. Aquela pessoa autodidata assim, que não tem paciência de esperar o outro” (Relato de técnico da Unitrabalho).

Essas características inovadoras do líder da Cocarema, também fizeram com que a cooperativa desenvolvesse novas tecnologias para a seleção dos materiais recicláveis, promovendo melhorias nos critérios de separação, e assim agregando valor econômico na venda. Essa tecnologia foi apropriada pelo líder da cooperativa através de suas conversas e observações junto aos atravessadores (compradores intermediários que revendem para indústria). Assim o líder foi aperfeiçoando as técnicas de separação, de acordo com a composição química das embalagens plásticas² e cores, conforme a classificação de utilização ou marca de vidros, as diferentes classificações de papeis, além da separação de cobre e outros metais em meio a produtos plásticos como chuveiros, rádios e outros. Dessa forma conseguiram melhor colocação de seus produtos no mercado, além de melhores preços.

“Então ele sempre pulou na frente assim, sempre trouxe algumas idéias para facilitar a vida e trazer material” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“Ele começou a agregar valor, então ele já viajava nessa história de agregar valor. ‘O plástico eu descobri que tem um comprador que, tirando o rótulo vende o plástico assim’, e ai começou a trabalhar

² Algumas embalagens plásticas trazem a descrição de sua composição química, mas nos casos em que não aparece essa classificação, foram desenvolvidas técnicas de queima e cheiro, de flutuação em água, entre outras.

com isso. Tanto que hoje virou o presidente da Central, porque é um grande negociador e tal.” (Relato de técnico da Unitrabalho).

Ainda nesse sentido a autogestão de cada cooperativa, depende da forma como o líder desempenha suas atividades, como ele mantém suas relações com o grupo, com seu hábito de delegar ou centralizar tarefas e funções, e principalmente com a forma que conduz a tomada de decisão pelo grupo.

Com isso pudemos perceber que a Cocarema possui seu centro no líder, apesar deste estar sempre reclamando que o grupo não se interessa e não participa da maneira como deveria ser, isso também parece que deve acontecer em decorrência da postura do líder, muitas vezes centralizador. Mas com sua visão a frente dos outros cooperados, consegue ainda motivá-los e levantar a auto estima do grupo, fazendo com que todos abracem a causa proposta pelo líder e trabalhem por ela.

Na CooperMaringá, as tarefas são bem divididas e todos trabalham em conjunto, independente de estarem na diretoria, a maioria se preocupa com as vendas, com a gestão, com as negociações, e tudo o mais. Percebe-se que apesar de não haver contestação, quando algum cooperado não concorda com a decisão tomada, ele não se compromete com o que foi decidido.

“Então quer dizer, são lideranças diferentes, a Cocarema foi movida acreditando no líder e não na idéia do grupo, que em parte a CooperMaringá tinha melhor, no prazer de estar juntos reunidos, mesmo não sendo laços familiares, e a Cocarema sim parece que foi a cara do líder” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“Aliás na economia solidária principalmente na reciclagem, acho que em todas, mas na reciclagem esse pessoal por causa da questão da baixo-estima ou da auto estima baixa, eles precisam da liderança apontando o caminho para eles. Então na autogestão, dentro da Cocarema, ela foi baseada justamente nisso, nessa liderança que é o China, que sempre passou para os cooperados dele que eles teriam capacidades de se autogerirem e tocar o próprio negócio, mesmo que isso causasse certas tensões no grupo, o China as vezes é um pouco duro com o grupo” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“A autogestão da CooperMaringá, também é assentada em algumas pessoas que não são lideranças tão ativas assim, então não tão centrada na pessoa como é com o China, mas são lideranças com várias matizes que formam um grupo que é uma liderança. Por exemplo, a Dona Ana mesmo tem uma função muito importante na autogestão, que foi a primeira tesoureira que tomou conta dos negócios, e a Dona Ana tem esse perfil, ela meche bem com a burocracia, mas não mexe bem com o comercial. Então a Dona Ana tem essa coisa. O que tem na Cocarema com um líder que vai puxando a coisa da venda, e é muito desorganizada as vezes na autogestão, que é o China, a Ana sempre foi muito centrada. Por outro lado a Ana precisava da Silvia pra coisa política entre o grupo, e a Selma fazia a parte da venda, então o equilíbrio da liderança na CooperMaringá foi muito maior no sentido, foi muito mais dividido as responsabilidades entre essas três mulheres muito fortes. Diferente do China que de certa forma é um líder autocrático, as vezes é autoritário. Mas na CooperMaringá, eu acho, que a autogestão se baseia muito nessas três coisas, ela se complementa nessas três figuras que se complementam, tem o líder gerencial, o líder político que é a Selma, e o líder mais pragmático, eu diria assim, que é a Ana, e a Silvia é mais gerencial” (Relato de técnico da Unitrabalho).

Outro fator ainda importante para a Cocarema, é a forte tendência para o trabalho coletivo do líder, já manifestado anteriormente em outros momentos de sua vida (SILVA, 2004). Isso faz com que o ideal cooperativo seja facilmente trabalhado na busca diária pela construção da autogestão.

Embora a liderança da CooperMaringá não tinham experiências anteriores com o trabalho coletivo, o ideal cooperativo foi facilmente incorporado. Houve resistências por parte de alguns membros do grupo que não permaneceram, mas os membros que estão atualmente, se identificaram com o cooperativismo, deixando bem claro a solidez da busca pela autogestão.

“Eu acho assim..., no meu caso mesmo, eu sempre fui meio bobão com esse negócio de ficar repartindo as coisas. Inclusive eu tive preso um tempo, e lá na cadeia que eu tive, eu fui transferido algumas vezes por causa de briga lá também, e nessas transferências eu aprendi fazer um monte de coisa” (Relato do líder da Cocarema) .

“Eu aprendi a fazer tarrafa em uma cadeia, na outra eu aprendi a fazer toalha de mesa, e fui pra uma num sossego que ninguém sabia fazer nada, aí eu ensinei todo mundo a fazer lá. Então a gente fazia e repartia o dinheiro, eu pegava o serviço e eles faziam a mão de obra, eu fazia o acabamento e a gente repartia o dinheiro, então foi assim durante muito tempo. No lixão também eu trabalhei de sócio com algumas pessoas. Então era mais fácil quando tinha alguém pra gente repartir, não só o dinheiro, os problemas mesmo, porque se você ficar com tudo mesmo, a gente já tinha a vida tudo enrolada, e se não dividisse aquilo” (Relato do líder da Cocarema).

“Ô meu irmão, a primeira coisa que eu vejo, como eu falei pra você, eu sempre tive essa queda aí, essa besteira de ficar dirigindo as coisas. Então dentro do cooperativismo, e com a visão que a gente tem assim, de buscar um pouquinho o que é melhor para dentro da cooperativa, a gente encaixa o que é melhor para o grupo. Eu nunca busco, dentro das minhas idéias, nada que é individual, é sempre pro coletivo. E a gente coloca as coisas no coletivo, se o pessoal achar também que não presta, a gente também não faz, mas sempre que a gente coloca a idéia é sempre no coletivo” (Relato do líder da Cocarema).

“Conosco até que foi mais fácil, porque nós já tínhamos esse espírito pra coisa, nós já dividíamos, nós já trabalhávamos dividindo no lixo. E a gente dividia sempre tudo lá. Todo dinheiro que dava de uma coisa ou outra, a gente dividia, não importava se no começo eu estava aprendendo e eu catava menos, então ele repartia também, dividia da mesma forma. E foi por aí... A gente tem esse lado que mostra isso, divide sem nenhum problema.” (Relato de cooperado da Cocarema).

4.3.1.1 Liderança e gênero

Entre todas as diferenças levantadas nas lideranças das duas cooperativas, o que fica mais evidente é a questão do gênero. A CooperMaringá é conhecida por sua liderança feminina, pois quase sempre teve na direção mulheres de personalidade forte. Na cooperativa

as questões humanas e sociais estão acima do econômico, um pouco da idéia do comportamento da mãe com relação aos filhos. Por isso é mais tolerante com as pessoas, e desde que cada cooperado doe seu lado bom, acabam por aceitar mais facilmente os defeitos e limitações de cada um. Por outro lado a Cocarema com sua liderança masculina desde o início, realizada por um homem visionário e de personalidade forte, dá muita ênfase no aspecto econômico.

“Talvez a gente possa discutir até a questão de gênero, que é uma liderança feminina e uma liderança masculina, no caso do China. O China tem muito de ir atrás dos caras, e a CooperMaringá, talvez, não sei, a gente podia discutir isso melhor um dia, por ter uma liderança feminina, ela é mais centrada, ela avança aos poucos mas com mais intensidade, mais firme, mais paulatino mas mais perene, essa, acho que é a grande diferença” . (Relato de técnico da Unitrabalho)

“É assim, essas três mulheres, não são só três mas são muito mais, em geral as cooperativas, tirando a Cocarema, elas são..., não digo nem influência, mas não sei se é comando, mas as mulheres tem um papel muito importante nas cooperativas, posso dizer até que as cooperativas não sobrevivem sem elas, porque a mulher tem essa característica de conciliar de pensar no grupo”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“...por outro lado é tão forte a figura dessas três mulheres que eu diria que o grupo..., que elas são a referência do grupo: a Ana, a Selma e a Silvia, o grupo ainda cultua muito essas figuras, que foram as pioneiras e de certa forma o grupo respeita muito pela história dessas mulheres incríveis”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Então essa cooperativa tem uma característica mais feminina assim, porque tinha a maioria feminina, e elas são feministas mesmo, elas tem o pulso forte”. (Relato de entrevistado)

“Eu vejo porque, por exemplo, a liderança feminina é bem mais sensível a todos os problemas dos outros componentes da cooperativa. Por exemplo, se tem um doente, a liderança feminina que é mãe sabe que... ou então se outra não veio porque o filho está doente, ela fala ‘vamos dar uma chance’. E a CooperMaringá é trabalhado dessa forma, o tempo todo foi. Se tem uma pessoa que é alcoólatra, ‘vamos ajudar, tadinho é tão bom quando ele está, é tão trabalhador quando ele está bem’. E a liderança masculina não tem muita paciência. Eu acho que é a construção cultural mesmo, dentro do gênero. E a gente percebe isso nitidamente nas duas cooperativas”. (Relato de técnico da Unitrabalho).

Pudemos perceber que, os comportamentos descritos como femininos pelos entrevistados, se refere à características de sensibilidade em relação ao outro. São habilidades como a de compreender e respeitar às limitações de cada um, e trabalhar um pelo outro no grupo. Por outro lado, as características masculinas destacadas, se referem a valorização da busca pelo econômico, e sobre a racionalização das tarefas.

Vale destacar que esses comportamentos são rotulados como femininos ou masculinos, conforme nosso papel na sociedade, e principalmente na família. No entanto

como vivemos uma contínua mudança na caracterização desses papéis, podemos encontrar esses comportamentos rotulados como masculinos ou femininos em ambos os sexos.

É por isso que nos relatos também aparece que mesmo os homens da CooperMaringá, apresentam esses comportamentos tidos como femininos. E nesse caso, mais uma vez atribuímos essa situação à influência da liderança, que desperta no grupo esse tipo de postura.

“Eu vejo que as mulheres nas cooperativas, não só CooperMaringá como em outras cooperativas, elas tomam muito a frente. Elas têm procurado, elas vão atrás das coisas, elas se preocupam mais. Principalmente, essas que são mães de famílias, que são as “donas” da família, as mantenedoras, elas querem a todo custo que aquilo dê certo, e de alguma forma elas acabam liderando, acabam indo atrás”. (Relato de técnico da Unitrabalho).

“E é essa característica que existe na economia solidária, que falta hoje no capitalismo, que falta hoje na empresa comum. Ver o outro como um ser integral, e aí com certeza o olhar feminino é mais atento pra essas coisas.

Do masculino todo mundo já aprendeu, inclusive a gente tem algumas lideranças femininas que fazem isso muito bem. Que são autoritárias, que são antidemocráticas, não é uma peculiaridade de toda mulher, mas é do ser feminino ou masculino. Então cada um tem suas características, mas eu acho que o equilíbrio é fundamental para a economia solidária”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Na CooperMaringá os homens aprenderam o jogo feminino pra tomar a decisão. E as mulheres da Cocarema não aprenderam ainda isso.

Na Cocarema se finge que o homem está no controle, e por outro lado na CooperMaringá se finge que são as mulheres”. (Relato de técnico da Unitrabalho).

Embora os papéis sociais estejam em contínua mudança, em muitos casos ainda se cobra da mulher a maior responsabilidade sobre os afazeres domésticos e sobre a educação dos filhos. Isso acaba por influenciar nas cooperativas, uma vez que existe mais espaço de tempo livre para os homens se preparem através de cursos, encontros, congressos, fóruns e outros processos de formação oferecidos principalmente fora da cidade e em horário não comercial, enquanto a mulher abre mão dessa preparação para ficar com seus filhos.

“Embora a gente perceba que elas (mulheres) tenham a participação um pouco limitada. Se for assim, na cidade, elas procuram ir, elas vão em outros movimentos, mas se for fora da cidade já é mais difícil. E essas lideranças, por exemplo a CooperMaringá, não cresce mais, porque geralmente são mulheres que estão na liderança e elas não podem viajar, participar das formações”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Aí é uma grande diferença com a Cocarema, que como quem está na liderança é um homem, então ele pode estar viajando para cima e para baixo. Agora elas não podem deixar os afazeres de casa porque elas estão com crianças, muitas vezes em idade escolar, que ainda dependem muito delas, e elas acabam se restringindo a reuniões internas aqui”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

4.3.2 Nível de formação dos cooperados

Outro aspecto que explica as diferenças entre as duas cooperativas é o nível de formação intelectual, que vem desde a formação escolar, como também da participação de cursos de formação, que acabam por promover o desenvolvimento individual.

O que faz a autogestão acontecer é a participação dos trabalhadores nos processos decisórios. No entanto uma questão que ficou evidenciada é que o trabalhador que pensa ter menos conhecimento do que os outros, muitas vezes se anula nesse processo de decisão, comprometendo a efetivação da autogestão. Sem falar que sem a formação escolar básica, não conseguem assumir cargos de direção, e nem ler estatutos, prestação de contas, e outros documentos importante para disseminação do conhecimento e para a participação na gestão.

Na CooperMaringá, quanto á formação escolar, o grupo possui 3 integrantes com o segundo grau completo (ensino médio); 1 integrante com o primeiro grau completo (ensino fundamental); 5 que não são alfabetizados; e o outros integrantes cursaram até no máximo a 5ª série do ensino fundamental. No entanto todos os cooperados fazem parte de cooperativas de reciclagem, desde o início do processo, tendo portanto adquirido experiência e auto-estima para colocar suas opiniões e se expor, participando nas decisões.

Um relato muito forte entre os cooperados, é de que conseguem participar melhor agora do que quando começaram na cooperativa. Há casos em que a diferença está estampada na aparência física, pois no início mal levantava a cabeça para falar, e agora conseguem discutir idéias de cabeça erguida. E isso tudo se deve a formação recebida durante esse período, e a experiência e confiança adquirida com o passar do tempo vivenciando a prática diária da autogestão.

Na Cocarema o nível de formação escolar é realmente muito baixo, pois apenas um dos integrantes possui o ensino fundamental completo, e todos os outros cooperados estudaram até no máximo a 6ª série do ensino fundamental. No entanto seu líder é muito conhecido por sua habilidade em falar em público e em convencer as pessoas de suas convicções. Apesar da baixa formação escolar, o líder da cooperativa é uma pessoa autodidata que busca muitas informações e está sempre lendo sobre coisas novas.

Ainda na Cocarema temos o problema da alta rotatividade dos cooperados, fazendo com que a maioria deles não tenham participado dos cursos de formação ofertados pela Unitrabalho/UEM, e também não tenham adquirido experiências de participação cotidiana na

autogestão, fazendo com que a maioria se omita, seguindo as indicações da direção. Isso fica muito claro quando percebemos que apenas três cooperados fazem parte da diretoria, sendo um com o ensino médio completo, e os outros dois membros pertencem ao grupo desde a formação da cooperativa.

“aquela turma que queria impor a sua vontade, sua decisão, a sua opção também dentro da cooperativa, as vezes não podia participar por exemplo, da contabilidade, porque não sabia ler nem escrever. Então com certeza isso interfere” (Relato de técnico da Unitrabalho).

“os problemas econômicos acarretam os outros problemas, conflitos internos, mas eu acho que essa auto-estima eles já recuperaram e isso é o essencial para autogestão”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“...pode ser um certo ponto a questão da escolaridade, porque as meninas que estão na liderança (da CooperMaringá) hoje tem uma escolaridade maior.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“...os cursos que vem sendo oferecido tem feito bastante diferença, nós aprendemos muito com os cursos”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“(CooperMaringá) Muitos velhos não tinham interesse em pegar nenhum cargo porque, ou se julgavam velhos demais ou então porque não tinham leitura nenhuma e também não se julgavam capazes de entrar na liderança”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

“... só que ele (líder da Cocarema), impunha porque ele tem sexta série, mas ele tinha uma vivência, uma bagagem cultural muito interessante de falar isso, de dialogar com todo mundo. Muito inteligente, ele é uma pessoa super atenta assim, muito perspicaz. Então isso era o que temia para alguns e atraía outros.” (Relato de técnico da Unitrabalho)

“Então assim, tem o China que tem uma sexta série, mas tem uma personalidade forte, uma experiência de vida que, isso não conta, nessa hora não conta, mas com certeza quem sabe ler e escrever, ‘quem é que vai ser secretária’”. (Relato de técnico da Unitrabalho)

O próprio líder da Cocarema coloca sua dificuldade em aceitar que pessoas que não tenham formação e conhecimentos básicos, participem da gestão da cooperativa, incentivando ainda mais a omissão destes cooperados, e favorecendo a manipulação do líder sobre o grupo.

“Não, pra mim não foi nada legal, vou falar bem a verdade pra você, não foi nada legal, igualmente outros que entram aí que eu vejo e tem razão sim, eles vêem que o pessoal não sabe nada e pra não meter a mão nisso aí mesmo, porque vê que os caras são tudo ignorantes. Então quando eu vim também eu não achei legal, eu falei: ‘mas espera aí, nós estamos fazendo um curso onde eu estou me destacando pra caramba, e esse pessoal não está entendendo nada, e ainda vão ter que falar como é que é pra fazer. Mas todo mundo vai participar pra construir isso, desse jeito”. (Relato do líder da Cocarema)

“Eu vi um tumulto um pouquinho mais, foi esse, de a gente colocar e organizar essa administração dentro de uma cooperativa, porque tinham pessoas que não sabem ler e escrever, até hoje não escreve tão bem, mas é o que mais tem interesse de estar participando de uma administração. Então na época foi difícil você formar uma administração, nos tivemos que estar quase apontando com o dedo, pra não perder a garantia de poder trabalhar, então as meninas não queriam e a gente teve que apontar, ‘você vai ter que ser presidente de todo jeito’, ‘você vai ter que ser isso ou aquilo’, porque se não a gente não trabalha mais e a cooperativa não sai também”. (Relato do líder da Cocarema)

“Não, pra falar a verdade não. Teve essas coisinhas aí, e também como eu coloquei pra você, a falta de instrução escolar e essas coisas todas. Aí foi causando essas coisinhas também. Ai começa com fofoca lá pra dentro, ai junta aquela panelinha e não vou fazer, a hora que você chega levanta todo mundo e vai trabalhar”. (Relato do líder da Cocarema)

“Ai a gente fica até com uma relação de empregado e patrão, porque enquanto você está fora, ta ocorrendo uma conversa, alguma coisa, está mais lento o serviço. Daí a hora que vêm que você está chegando, aquela conversa para e o serviço aumenta um pouco.” (Relato do líder da Cocarema).

“Porque como eu te falei, não é todo mundo que tem um estudo. Acha que..., não acredita que vai conseguir, porque não leu, porque estudou pouco, não acredita que vai conseguir gerenciar o negócio,mas assim, aqueles que tem um pouco mais de estudo foi que se saíram na frente por isso mesmo, porque os outros não quis, porque não acreditavam que iam conseguir. E nós tínhamos que, alguém tinha que fazer alguma coisa, naquele momento. Aí nós que tínhamos um pouco mais de estudo, saímos na frente, pegamos e começamos a ajudar a todos, a nós e a todos.” (Relato de cooperado da Cocarema)

“Primeira assembléia: Alguns foram apontados, a maioria foi apontada”. (Relato de cooperado da Cocarema).

“Os benefícios têm bastante. No meu caso, eu acho que os benefícios são os aprendizados, tem muito aprendizado, muita coisa legal, que muitas vezes até na escola você não ia aprender tudo isso que você aprende aqui. Então é um estudo”. (Relato de cooperado do Cocarema)

Assim, percebe-se que com a experiência autogestionária consegue-se também maior desenvolvimento humano. E como a formação da autogestão não tem moldes, mas precisa ser uma realidade construída diariamente pelo grupo, é essa experiência que leva a um novo tipo de formação pessoal que faz toda diferença na vida de cada cooperado, e também na melhoria e no amadurecimento da própria cooperativa.

“Antes o pessoal não trabalhava junto, tinha a administração e era só aquele pessoal que trabalhava, hoje já é diferente. Hoje todo mundo trabalha, não só o presidente, mas como os fiscais. Todo mundo trabalha, dos dois lados”. (Relato da líder da CooperMaringá)

“No início não era assim, nós fomos aprendendo, porque era assim, quando alguém se candidatava a presidente, ela queria abraçar a cooperativa sozinha, e não é assim. E desde o ano passado que eu já estava na frente, eu fui ensinando para eles trabalhar junto comigo, pra eu não ficar sobrecarregada, e eles aprenderam direitinho”. (Relato da líder da CooperMaringá)

“Com o tempo a pessoa vai aprendendo”. (Relato da líder da CooperMaringá)

“Nós aprendemos. Não foi fácil, porque a gente não entendia bem as coisas, as vezes falavam alguma coisa mas a gente não sabia o que falava, mas com o tempo eles foram ajudando a gente, e a gente..., estamos fazendo até hoje. Temos ajuda da Universidade, da Unitrabalho, mas tem muita coisa que a gente já faz sozinha. Eles só vêm aqui dar um ok, mas a gente já está fazendo sozinhos”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

Na CooperMaringá, muitos dos cooperados que não tem formação escolar estão buscando essa formação, para se sentirem mais aptos à participação. Isto acontece porque eles aprenderam a valorizar a participação nas decisões e por isso não querem demonstrar falta de conhecimento perante os outros e, conseqüentemente buscam estar mais preparado para participar mais efetivamente da gestão da cooperativa.

“Eu gostei muito dos cursos, mas eu não entendia era nada, eu gostei porque daqui a gente tirou muitas idéias boas. Mas eu não entendia nada não. Mas gostei”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“Tem gente aqui que está estudando e não sabe nada, está bem atrasado, e está gostando de estudar porque quer participar”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“Se tiver mais estudo fica melhor pra participar, fica bem mais fácil”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

“Depois que eu comecei a aprender mais mesmo, porque no começo a gente tinha parece, que até medo de dar opinião e de participar de tudo, a gente deixava só pra umas pessoas. Agora não, a gente está ajudando também”. (Relato de cooperado da CooperMaringá)

Por outro lado na Cocarema, os cooperados não tem demonstrado interesse em freqüentar a escola, mas no entanto estão sempre dispostos a participar de cursos de formação, debates, fóruns e outros tipos de encontros da economia solidária.

5 CONCLUSÕES

Essa pesquisa não tem a pretensão de definir se os empreendimentos estudados são autogeridos ou não, nem tão pouco de esclarecer as polêmicas sobre autogestão. Muito pelo contrário, o objetivo desse trabalho foi verificar a existência das diferentes características autogestionárias em dois desses empreendimentos e descrever a origem desses. Sabe-se que a efetivação da autogestão é uma questão tão polêmica quanto utópica, portanto basta dizer que os empreendimentos estudados possuem sim, várias características autogestionárias e, portanto trabalham sob a perspectiva da autogestão.

Assim como as diferentes iniciativas da economia solidária, o processo autogestionário não possui um molde no qual possamos nos espelhar. É preciso construir a realidade local, diariamente, como têm feito as cooperativas estudadas, cada uma com seu perfil e sua identidade própria. Mas é importante destacar que a autogestão é uma questão de avanço individual e grupal, pois começa com cada um dos membros do grupo que precisa ganhar auto-estima e maturidade suficiente para então construí-la no grupo em que está inserido. E isso foi percebido em cada uma das cooperativas, apesar das muitas dificuldades particulares encontradas em cada uma delas.

As principais características autogestionárias da CooperMaringá, conforme o modelo utilizado para a pesquisa (ANTEAG, 2005), foram em relação à participação dos cooperados em reuniões; na transparência na distribuição dos resultados, pois a retirada é igual a todos os cooperados, conforme os dias trabalhados; nas atividades sociais com a realização a festas de confraternização com a participação dos cooperados e seus familiares; e no quadro social da cooperativa, uma vez que não possuem funcionários e as decisões sobre novos cooperados e afastamento de cooperados, são tomadas em conjunto.

Ainda conforme o mesmo modelo, as principais características autogestionárias que foram identificadas na Cocarema são: em relação à participação dos cooperados, pois realizam reuniões e assembleias com muita frequência; na transparência através da prestação de contas mensal; na transparência na distribuição dos resultados uma vez que a remuneração é igual a todos; e no quadro social, já que também não possuem empregados e as decisões sobre entrada e saída de cooperados são tomadas em conjunto.

Em relação à história de sua constituição, os dois empreendimentos possuem a mesma origem, no entanto a principal diferença está nos indivíduos que os constituíram, com suas

diferentes histórias de vida, e também diferentes personalidades. Apesar de algumas situações terem sido específicas a cada uma das cooperativas, não foi esse o motivo de tamanha diferença cultural, social e política de cada uma delas. Com certeza foram as diferenças de perfil da liderança e a formação de cada um dos cooperados, com suas personalidades e experiências, que fizeram com que as identidades dos grupos fossem se formando individualmente.

No entanto um interessante e novo aspecto foi identificado nessa pesquisa – a questão do gênero. Apesar de muito se estudar questões sobre gênero em organizações capitalistas, muito pouco tem sido estudado nos empreendimentos econômicos solidários. Nesse trabalho apenas identificou-se a questão, mas como não foi o objeto de pesquisa, o tema não foi explorado, abrindo assim espaço para futuras pesquisas. Ficam algumas questões. Será que as características de comportamento e/ou de liderança, tidos como femininos, são de fato os necessários para preservar o social dos empreendimentos econômicos solidários? Ou serão as características tidas como masculinas que vão garantir o bem estar econômico desses empreendimentos?

Na questão da liderança também ficam abertos alguns questionamentos para novas pesquisas. Qual será o papel da liderança nos empreendimentos de economia solidários? Será o mesmo das organizações capitalistas? E como fica o papel do líder frente aos desafios da autogestão?

Muitas são as perguntas que ficam, no entanto parecem perguntas sem respostas precisas. Elas abrem espaço para novas pesquisas, mas deve-se considerar sempre a realidade local de cada um dos empreendimentos econômicos solidários estudados. Assim como a formação e atuação de cada deles, de maneira a explorar e preservar os recursos locais, e assim ter um papel importante na construção do desenvolvimento local endógeno.

Nesta pesquisa ficou claro o papel dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda. Apesar de atualmente, não conseguirem resultados financeiros como em outros momentos do projeto, as cooperativas estão aprimorando suas técnicas de separação e se organizando para realizar as vendas em conjunto de maneira a conseguir melhores resultados econômicos. Resultando assim em oportunidades reais no combate ao desemprego e na construção de novas formas de organizações, já que o mercado tem se mostrado insuficiente nessa tarefa. E, portanto os empreendimentos econômicos solidários têm se mostrado como grande meio de promoção do real desenvolvimento local.

Também é importante destacar o papel desses empreendimentos no resgate da dignidade humana, uma vez que antes essas pessoas eram confundidas com o lixo, e ficavam expostas a condições sub-humanas de trabalho, além de ficarem expostos a inúmeras doenças. No entanto, após serem inseridas nesse novo contexto de trabalho, passaram a serem vistas como seres humanos de verdade, com condições de trabalho mais dignas, e também com novas formas de relações sociais. E ainda, em função da preparação para a autogestão, essas pessoas melhoraram sua auto-estima e adquiriram nova postura, formando um ser humano mais integral, desenvolvido em seus aspectos humano, social, cultural, e político.

É nesse ponto que entra a importância da participação do poder público, seja ele nas suas esferas municipal, estadual e federal, uma vez que esses trabalhadores não apresentavam a menor condição para uma auto-organização, pois se caracterizavam como trabalhadores sem condições financeiras básicas e portanto sem condições de manter uma infra-estrutura inicial. Mas que com o devido apoio inicial, pode caminhar para uma independência financeira. E não basta que essa participação do poder público seja através de ações assistencialistas, é preciso um trabalho sério de formação de políticas públicas efetivas, de fomento, apoio e fortalecimento aos empreendimentos, de maneira que esse importante trabalho não se transforme em uma bandeira de governo, e sim em ações reais e possíveis independente do partido político no poder.

E finalmente, ainda está faltando o real reconhecimento desses trabalhadores, pelo poder público, e também pela sociedade como um todo. Afinal o lixo é um problema para o município e para a sociedade. É um problema ambiental e também fiscal, por isso o lixo deveria ser cuidado com grande dedicação de maneira a não se tornar um desastre ambiental. Nesse sentido, precisamos valorizar o trabalhador que faz a coleta e a separação do material para a reciclagem, e assim deixa nossa cidade limpa. Precisamos pensar numa forma de recompensar esses trabalhadores por seu importante papel na limpeza da cidade e na preservação da natureza. Nesse sentido vale até perguntar: Quanto a prefeitura teria que gastar para fazer esse serviço de utilidade pública? Por que não investir isso na organização desses trabalhadores, que além de tudo ainda estão buscando condições dignas de trabalho e renda?

REFERÊNCIAS

- ANTEAG. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira Editora, 2005.
- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 21-26.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE / SENAES, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BERNARDO-ROCHA, E. E. R. O cooperativismo agrícola. In: _____. **O cooperativismo agrícola em transição** – dilemas e perspectivas. 1999. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1999, p. 3-25.
- CANONICE, B. C. F.; PREVIDELLI, J. de J. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: monografias, TCCs, trabalhos de estágio, projetos de iniciação científica. 1. ed. Maringá: Unicorpore, 2006.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CORAGGIO, J. L. Caractéristique du développement local. **Revista de Ciriec -Canadá**: Presse de l'Université du Québec, v.33, n.2, 2002.
- COSTA, P. A. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais**: estudo de caso do município de Cachoeirinha. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.12, n. 34, p. 121-159, 1998.
- _____. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FARIA, J. H. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar, 1985.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise de Dados**. Salvador: SEI, v.12 n.1 p. 9-19, jun. 2002.

_____. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v.37 n.1: p. 11-31, jan/fev. 2003.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão? **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v. II n.1, mar. 2004.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p.135-143.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 267-286.

GALUCH, M. V. **Cooperativas de materiais recicláveis** – uma experiência de inclusão social por meio da Unitrabalho. 2005. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

GUTIÉRREZ, L. G. Economia solidária: do movimento político a política de Estado. **VIII Encontro Nacional de Estudos sobre o Trabalho**, São Paulo: ABET. 2003.

HAGUETTE, M. T, F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HECKERT, S. M. R.; FERREIRA, M. S. G.; ASSIS, M. A. L.; CRESPO, C. F.; OLIVEIRA JUNIOR, L. B.; DETONI, E. P. DE T. Cooperativas populares: estudo de caso. In.: HECKERT, S. M.. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 129-176.

HOLZMANN, L. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-62.

JESUS, P. de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

_____; MANCE, E. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 149-153.

_____; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 49-54.

KAPRON, S.; FIALHO, A.L. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.215-219.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LISBOA, A. de M. Terceiro setor. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.253 – 259.

MAGALHÃES, R. S. **A nova economia do desenvolvimento local**. S/l, S/d. (mimeografado).

_____; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135-158.

MAZZEI, B. B.; BERNARDO-ROCHA, E. E. R. Novas formas de relação entre o público e o privado: a economia solidária como possibilidade. **III Encontro Internacional de Economia Solidária** . São Paulo: Nesol/ USP, 2005.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Alguns precursores do participacionismo. In.: VENOSA, R. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p.11-19.

MOTCHANE, Jean-Loup. **Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?** < www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc > acessado em 26/06/2003.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVERI, A. Empoderamento para a participação através do trabalho. In.: CANDEIA, C. N. B.; MACDONALD, J. B.; NETO (Orgs). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: UFAL, 2005. p. 75- 86.

PEREIRA, L. C. B. 1980/81: A revolução autogestionária na Polônia. In.: VENOSA, R. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão.** São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 93-119.

PINHO, D. Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos. In.: NUNES, C.; PANZUTTO, R.; SCHNEIDER, J. O.; BIALOSKORSKI, S. **Programa de autogestão: educação cooperativista.** São Paulo: SESCOOP/SP, OCESP, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 10ª impressão.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RUFINO, S. O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do sabor. In: SOUSA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y (Orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, B. de S. Um mapa de alternativas de produção. In.: SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia.** 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63 -71.

SILVA, R. M. **A história contada por um catador de “lixo”.** 2004. 95 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2004.

SILVEIRA, R. J. O significado da participação no poder local. **Cultura Vozes**, Petrópolis: Vozes, n.5, p. 77-93, out. 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.18, n. 51, p. 7-22, 2004.

_____. Economia solidária. In.: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 116-125.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 11-30.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 7- 10.

_____. Os empreendimentos econômicos de São Paulo. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 245-266.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n.4, p. 101-156, jul/ago. 1997.

TENÓRIO, M. C. C. **Reciclando: acompanhamento de cooperativas de trabalho e de associações populares – uma complexa construção em curso rumo à reeducação**. 2002. 207 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha. In.: VENOSA, R. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p.21-59.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENOSA, R. A evolução da participação nas organizações autogeridas Iugoslavas. In.: VENOSA, R. (Org) **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 121-139.

VERARDO, L. Economia solidária e autogestão. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, n. 98, p. 56-61, set./nov. 2003.

_____. Construindo autogestão e parceria solidária. IN.: MELLO, S. L. **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p. 119 – 128.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-28, 2004.

WAUTIEZ, F; SOARES, C. L. B; LISBOA, A. M. Indicadores da economia solidária. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 177-183.

ANEXOS

ANEXO A – Indicadores de autogestão – Modelo ANTEAG (2005)

	1	2	3	4	5
1. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES					
1. Frequência de Assembleias Gerais	anual de 10% até 30%	semestral de 30% até 50%	trimestral de 50% até 70%	bimensal de 70% até 80%	mensal de 80 até 100%
2. Participação nas Assembleias Gerais	semestral de 10% até 30%	trimestral de 30% até 50%	bimensal de 50% até 70%	mensal de 70% até 80%	quinzenal de 80 até 100%
3. Frequência de reuniões de trabalhadores	trimestral	bimensal	mensal	quinzenal	semanal
4. Participação de reuniões de trabalhadores	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80 até 100%
5. Frequência de reuniões do Cons. de Adm.	anual	semestral	trimestral	bimensal	mensal
6. Participação dos membros do Cons. de Adm.	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80 até 100%
7. Frequência de reuniões do Conselho Fiscal	de 10% até 30%	de 20% até 30%	de 30% até 40%	de 40% até 50%	mais de 50%
8. Participação dos membros do Conselho Fiscal		Cons. Adm.			Ass. Geral
9. Rotatividade da Direção (última eleição)		Cons. Adm.			Ass. Geral
10. Construção do Acordo Coletivo Social Interno					
11. Controle da aplicação do Acordo Coletivo Social Interno					
2. TRANSPARÊNCIA					
1. Elaboração de balançe mensal	1	2	3	4	5
2. Divulgação do balançe mensal					
3. Análise do balançe pelo Conselho Fiscal					
4. Divulgação do parecer do Conselho Fiscal	trimestral	bimensal	mensal	quinzenal	semanal
5. Elaboração de planejamento (adm/produção)					
6. Divulgação atos da administração/produção					
3. TRANSPARÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS					
1. Delimitação de retiradas	1	2	3	4	5
2. Remuneração de cargos de direção	remuneração de 5 até 6	Cons. Adm. de 4 até 5	auxílio de 3 até 4		Assemb. Geral não tem
3. Razão entre a maior e menor retirada				de 2 até 3	de 1 até 2
4. RELAÇÕES COMUNITARIAS					
1. Relação com Governo Local	1	2	3	4	5
2. Relação com a Prefeitura Local	não tem	de 20% a 30%	raramente	raramente	frequente
3. Relação com Sindicato da categoria	não tem	de 30% a 40%	raramente	raramente	frequente
4. Relação com ONGs ou outras entidades sociais	contra	de 40% a 50%	neutra	neutra	apelo
5. Relação com Movimento Comunitário	não tem		raramente	raramente	frequente
6. Participação no Orçamento Participativo Estadual/Municipal	nunca participou		poucas vezes		frequente todas
5. ATIVIDADES SOCIAIS					
1. Participação dos Trabalhadores no OP Estadual/Municipal	de 10% a 20%	de 20% a 30%	de 30% a 40%	de 40% a 50%	de 50% ou mais
2. Participação de festas sociais com os trabalhadores	1	2	3	4	5
3. Participação de familiares dos trabalhadores	anual	semestral	trimestral	bimensal	mensal
4. Frequência de atividades esportivas	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80 até 100%
5. Participação nas atividades esportivas	anual	semestral	trimestral	bimensal	mensal
6. QUADRO SOCIAL					
1. % de empregados	1	2	3	4	5
2. % de terceirizados	de 8% a 10%	de 6 a 8%	de 4 a 6%	de 2 a 4%	menos que 2%
3. Agregação de sócios	de 8% a 10%	de 6 a 8%	de 4 a 6%	de 2 a 4%	menos que 2%
4. Afastamento de sócios		Cons. Adm.			Assemb. Geral
5. % de mulheres na empresa / % de mulheres na direção	de 0,1 a 0,3	de 0,3 a 0,5	de 0,5 a 0,7	de 0,7 a 0,9	1 ou mais

ÍNDICES DOS INDICADORES DA
AUTOGESTÃO

	0
1. Frequência de Assembleias Gerais	não realiza até 10%
2. Participação nas Assembleias Gerais	Anual
3. Frequência de reuniões de trabalhadores	até 10%
4. Participação de reuniões de trabalhadores	semestral
5. Frequência de reuniões do Cons. de Adm.	até 10%
6. Participação dos membros do Conselho Fiscal	Não realiza até 10%
7. Frequência de reuniões do Conselho Fiscal	até 10%
8. Participação dos membros do Conselho Fiscal	até 10%
9. Rotatividade da Direção (última eleição)	Presidente
10. Construção do Acordo Coletivo Social Interno	Presidente
11. Controle da aplicação do Acordo Coletivo Social Interno	Presidente
2. TRANSPARÊNCIA	0
ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA	
1. Elaboração de balançe mensal	nunca
2. Divulgação do balançe mensal	nunca
3. Análise do balançe pelo Conselho Fiscal	nunca
4. Divulgação do parecer do Conselho Fiscal	nunca
5. Elaboração de planejamento (adm/produção)	semestral
6. Divulgação atos da administração/produção	nunca
3. TRANSPARÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS	0
1. Delimitação de retiradas	Presidente
2. Remuneração de cargos de direção	6 ou mais
3. Razão entre a maior e menor retirada	0
4. RELAÇÕES COMUNITARIAS	
1. Relação com Governo Local	
2. Relação com a Prefeitura Local	
3. Relação com Sindicato da categoria	
4. Relação com ONGs ou outras entidades sociais	
5. Relação com Movimento Comunitário	
6. Participação no Orçamento Participativo Estadual/Municipal	
5. ATIVIDADES SOCIAIS	
1. Participação dos Trabalhadores no OP Estadual/Municipal	menos que 10%
2. Participação de festas sociais com os trabalhadores	0
3. Participação de familiares dos trabalhadores	não realiza até 10%
4. Frequência de atividades esportivas	até 10%
5. Participação nas atividades esportivas	não realiza até 10%
6. QUADRO SOCIAL	0
1. % de empregados	mais que 10%
2. % de terceirizados	mais que 10%
3. Agregação de sócios	Presidente
4. Afastamento de sócios	Presidente
5. % de mulheres na empresa / % de mulheres na direção	menos que 0,1

ANEXO B – Questionário

1- Participação dos cooperados:

1.1- Qual a frequência com que vocês realizam as assembleias?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

1.2- Como é a participação dos cooperados nas assembleias?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.3- Qual é a frequência com que vocês realizam reuniões com os cooperados?

(0) anual (1) semestral (2) trimestral (3) bimestral (4) mensal (5) quinzenal

1.4- Como é a participação dos cooperados nessas reuniões?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.5- Qual é a frequência com que vocês realizam as reuniões do Conselho de Administração?

(0) semestral (1) trimestral (2) bimensal (3) mensal (4) quinzenal (5) semanal

1.6- Como é a participação dos membros do conselho de administração nessas reuniões?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.7- Qual é a frequência da realização de reuniões do conselho fiscal?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

1.8- Qual é a participação dos membros do conselho fiscal nessas reuniões?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.9- Qual é a rotatividade dos membros da Direção eleitos na última eleição?

(0) até 10% (1) de 10% a 20% (2) de 20% a 30% (3) de 30% a 40% (4) de 40% a 50% (5) mais de 50%

2- Transparência:

2.1- Quando é elaborado a prestação de contas mensal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.2- Quando é realizada a divulgação dessa prestação de contas mensal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.3- Qual é a frequência da análise dessa prestação de contas pelo conselho fiscal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.4- O conselho fiscal divulga seu parecer?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.5- A cooperativa elabora algum tipo de planejamento (adm., prod.)?

(0) semestral (1) trimestral (2) bimensal (3) mensal (4) quinzenal (5) semanal

2.6- Quando se realiza a divulgação das ações administrativas ou da produção?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

3- Transparência na distribuição dos resultados:

3.1- Como são tomadas as decisões sobre as retiradas?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

3.2- Existe alguma remuneração específica a cargos de direção?

(1) remuneração (3) auxílio (4) não tem

3.3- Qual a diferença entre a maior e menor retirada dos cooperados?

(0) 6 ou mais (1) de 5 a 6 (2) de 4 a 5 (3) de 3 a 4 (4) de 2 a 3 (5) de 0 a 2

4- Relações comunitárias

4.1- Qual a relação que a cooperativa tem com o governo local?

(1) não tem (3) raramente (5) freqüente

4.2- Qual a relação que a cooperativa tem com ONGs ou outras entidades sociais?

(1) não tem (3) raramente (5) freqüente

4.3- Qual a relação da cooperativa com movimentos comunitários?

(1) não tem (3) raramente (5) freqüente

5- Atividades sociais:

5.1- Qual a freqüência de realização de festas entre os cooperados?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

5.2- Como é a participação dos cooperados nessas festas?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

5.3- Como é a participação dos familiares dos cooperados?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

5.4- Qual a frequência de realizações de atividades esportivas pela cooperativa?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

5.5- Como é a participação dos cooperados nessas atividades esportivas?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

6- Quadro social:

6.1- Qual o percentual de empregados na cooperativa?

(0) mais que 10% (1) de 8 a 10% (2) de 6% a 8% (3) de 4% a 6% (4) de 2% a 4% (5) menos que 2%

6.2- Qual o número de terceirizados na cooperativa?

(0) mais que 10% (1) de 8 a 10% (2) de 6% a 8% (3) de 4% a 6% (4) de 2% a 4% (5) menos que 2%

6.3- Quem decide sobre a inclusão de novos cooperados?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

6.4- Quem decide sobre o afastamento de cooperados?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

6.5- Qual o percentual de mulheres na cooperativa?

(0) menos que 0,1 (1) de 0,1 a 0,3 (2) de 0,3 a 0,5 (3) de 0,5 a 0,7 (4) de 0,7 a 0,9 (5) 1 ou mais

6.6- Qual o percentual de mulheres na direção da cooperativa?

(0) menos que 0,1 (1) de 0,1 a 0,3 (2) de 0,3 a 0,5 (3) de 0,5 a 0,7 (4) de 0,7 a 0,9 (5) 1 ou mais

ANEXO C – Indicadores de autogestão encontrados nas cooperativas estudadas (CooperMaringá e Cocarema) – Modelo adaptado da ANTEAG (2005)

1	Participação dos Cooperados	CooperMaringá					Cocarema							
		0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4	5	
1.1	Freqüência de assembléias		X										X	
1.2	Participação dos cooperados nas assembléias						X							X
1.3	Freqüência de reuniões c/ cooperados					X								X
1.4	Participação dos cooperados nas reuniões						X							X
1.5	Freqüência de reuniões do Conselho de Adm				X									X
1.6	Participação dos membros do Cons. Adm. nas reuniões						X							X
1.7	Freqüência das reuniões do Conselho Fiscal	X						X						
1.8	Participação dos membros do Cons. Fiscal nas reuniões	X						X						
1.9	Rotatividade dos membros da Direção (ultima assemb.)					X								X
2	Transparência													
2.1	Elaboração de prestação de contas mensal				X									X
2.2	Divulgação da prestação de contas mensal				X									X
2.3	Freq. da análise da prest. de contas pelo Cons. Fiscal	X						X						
2.4	Divulgação do parecer do Cons. Fiscal	X						X						
2.5	Elaboração de algum tipo de planejamento	X						X						
2.6	Divulgação das ações administrativas ou da produção				X			X						
3	Transparência na distribuição dos Resultados													
3.1	Decisões sobre retiradas						X							X
3.2	Remuneração específica para cargos de direção					X							X	
3.3	Diferença entre maior e menor retirada						X							X
4	Relações Comunitárias													
4.1	Relação da cooperativa com o governo local				X						X			
4.2	Relação da coop. Com Ongs e outras entidades sociais						X							X
4.3	Relação da cooperativa com movimentos comunitários	X							X					
5	Atividades Sociais													
5.1	Freqüência de festas entre os cooperados		X					X						
5.2	Participação dos cooperados nessas festas						X	X						
5.3	Participação dos familiares dos cooperados						X	X						
5.4	Freqüência de realização de atividades esportivas	X						X						
5.5	Participação dos cooperados nessas atividades esport.	X						X						
6	Quadro Social													
6.1	Percentual de empregados na coop.						X							X
6.2	Número de terceiros na cooperativa						X							X
6.3	Decisão sobre novos cooperados						X							X
6.4	Decisão sobre afastamento dos cooperados						X							X
6.5	Percentual de mulheres na cooperativa				X				X					
6.6	Percentual de mulheres na direção da cooperativa				X					X				